

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

--- Aos treze de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e doze minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de José Luís Nunes, estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira e Luísa Isabel Henriques Gouveia, como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva (PPD/PSD), Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), Alfredo Filipe Spínola Fernandes Correia (CDS-PP), António Luís Abreu Figueirôa (PPD/PSD), Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo (PPD/PSD), Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas (Independente), Daniel Almeida Meneses (PPD/PSD), Daniel Trindade Borges (PPD/PSD), Duarte Paulo Quintal Pereira (PPD/PSD), Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos (PPD/PSD), Fabíola Maria de Sousa Pereira (CDS-PP), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), Helena Raquel Correia Brazão de Castro (PPD/PSD), Jéssica José Ferreira Faria (PPD/PSD), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), José Agostinho Freitas Baptista (PPD/PSD), Luís Miguel Moura de Sousa (PPD/PSD), Marco Aurélio da Mata Pereira (PPD/PSD), Maria Elena Rodrigues Pereira de Freitas (PPD/PSD), Maria Lígia Vieira Fernandes Carreira (PPD/PSD), Pedro José Jardim Gomes (PPD/PSD), Ricardo Nuno Pestana Abreu (CDS-PP) e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas (PPD/PSD).-----

--- **Grupo Municipal do PS** – Andreia Drumond Caetano, Catarina Isabel Nuna Mendes, Guido Marcelino Mendonça Gomes, José Gabriel Pereira de Oliveira, José Júlio de Carvalho Gomes Curado, José Juvenal Nunes Rodrigues, Manuel Pedro Calaça Vieira e Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes.-----

--- **Grupo Municipal do BE** – Egídio Paulo Caires Fernandes, Maria José Santos Gouveia

e Paulo Sérgio Freitas Sousa. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PAN** – Joaquim José Batalha de Sousa.

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – José Rodolfo de Sousa Alves, não compareceu. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante da CDU** –Énio Dionísio Vieira Martins. ----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara, Pedro Amaro de Bettencourt Calado, da Senhora Vice-presidente Maria Cristina Andrade Pedra Costa e dos Senhores (as) Vereadores (as) Sara Xavier Reis Gonçalves Rodrigues, Bruno Miguel Camacho Pereira, Helena Maria Pereira Leal, João José Nascimento Rodrigues, Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, Micaela Gomes Camacho, Nádia Micaela Gomes Coelho Vítor Hugo Rodrigues de Jesus e Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão manifestando o seguinte: “Estamos aqui hoje reunidos para refletir sobre as opções que constam no Orçamento e o Plano do Município para 2024, entre outras, principal instrumento de resposta aos desafios que se colocam no futuro imediato da cidade. E face à importância do documento, espero que todos, independentemente de serem afetos ao poder ou à oposição, consigam debater sem problemas e com civismo tudo o que eventualmente possa ser motivo de discórdia apresentando caminhos alternativos, mas respeitando sempre a vontade da maioria. Este Orçamento, como é óbvio, também influenciado pelas guerras que persistem teimosa e lamentavelmente na Ucrânia e na faixa de Gaza, guerras que, infelizmente, têm acompanhado as minhas intervenções

P
L.O.
M

no passado recente e assim continuará a ser, porque o drama continua a ser real e sem prazo para acabar, inclusivamente na Ucrânia, que estranhamente saiu do universo noticioso a partir do momento em que Israel e a Palestina iniciaram a sua confrontação atual. É preciso falar sobre os atentados que nos deparamos, não só porque traduzem um plano inflacionista, mas pelos crimes contra a humanidade que têm sido praticados dia após dia. Não temos armas para defender as vítimas, mas temos a palavra, não a deixemos de usar." -----

De seguida deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1 Maria Isabel de Ponte Garcês, deputada municipal eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída na impossibilidade de José Manuel Domingos Sebastião, por José Júlio de Carvalho Gomes Curado. -----

1.2. Marco António Nunes Dias, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ricardo Nuno Pestana Abreu. -----

1.3. Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, deputada municipal eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída na impossibilidade de Márcia Catarina Sousa Silva, por José Juvenal Nunes Rodrigues. -----

1.4. Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, deputada municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída por António Luís Abreu Figueiroa. -----

1.5. Raquel João Martins da Silva, deputada municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída na impossibilidade de Liana Pestana dos Reis, por Daniel Trindade Borges. -----

1.6. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, deputada municipal eleita pelo PS,

comunicou a sua ausência sendo substituída por Catarina Isabel Nuna Mendes. -----

1.7. Rubina Vanessa da Silva Rebelo, eleita pelo PDR, comunicou a sua ausência sendo substituída, por José Rodolfo de Sousa Alves.-----

1.8. Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência.-----

1.9. Luís Filipe de Sá Vieira, deputado Municipal Independente, comunicou a sua ausência.-----

1.10. Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Helena Raquel Correia Brazão de Castro.-----

1.11. Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

1.12. Marco Paulo Teixeira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Alfredo Filipe Spínola Fernandes Correia.

1.13. Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da junta de Freguesia do Monte, eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicada pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituída por José Agostinho Freitas Baptista. -----

1.14. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Maria Elena Rodrigues Pereira de Freitas.-----

2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS): -----

P
Ló.
O

2.1. Rúben Dinarte Silva Abreu, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência sendo substituído por Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

2.2. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência sendo substituído por Sara Xavier Reis Gonçalves Rodrigues.-

3. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO: -----

3.1. Herlanda Maria Gouveia Amado, deputada municipal eleita pela CDU, comunicou a sua suspensão de mandato no período compreendido entre dezembro de 2023 e abril de 2024. -----

EXPEDIENTE: -----

4. CONVITES:-----

4.1. O Presidente do Município de Câmara de Lobos enviou um convite para a Sessão Solene do Dia daquele Concelho, que se realizou no dia 04/10/2023. -----

4.2. O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Celebração do 135º Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores do Funchal, que se realizou no dia 11/10/2023. -----
- Sessão de Abertura da Semana da Alimentação, que se realizou no dia 16/10/2023.
- Abertura da Expo-Sénior – “Caminhar em Segurança para o Futuro”, que se realizou no dia 26/10/2023. -----
- Encerramento da Expo-Sénior, que se realizou no dia 29/10/2023. -----
- Concerto de Natal no âmbito das comemorações dos 90 anos do Museu de História Natural, que se realizou no dia 10/12/2023. -----

4.3. Viagens El Corte Inglés enviou um convite para a Sessão de Abertura do 1º Evento do Segmento de Cruzeiros, que se realizou no dia 19/10/2023. -----

4.4. A Presidente do Conselho Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação, Vereadora Helena Leal, enviou um convite para uma Conferência sob o

tema: *A presença das mulheres vs homens na política autárquica e as dificuldades sentidas por ambos na conciliação entre o trabalho e a vida familiar*, que se realizou no dia 24/10/2023.-----

4.5. O Reitor da Universidade da Madeira enviou um convite para a Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2023/2024, que se realizou no dia 25/10/2023. -----

5. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----

5.1. Da CDU: -----

- Pedido para visitar as instalações do Quartel dos Bombeiros Sapadores do Funchal.
- Precaridade habitacional no Bairro da Ponte – Santo António.-----
- Carência habitacional – Família de Jéssica Nicole Gonçalves Castro.-----
- Violência Doméstica / Habitação. -----
- Corte de fornecimento de água.-----
- Emergência habitacional. -----
- Urgência habitacional – Família Duarte Herculano Rodrigues de Sousa e de Tânia Rubina Camacho Sargo Sousa.-----

5.2. Do MPT: -----

- Pedido de esclarecimento sobre incidentes na Rua Dr. António Aragão.-----

5.3. Do PS:-----

- Pedido de consulta de processo. -----

--- De seguida, após a dispensa da leitura da **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três**, que foi previamente distribuída a todos os Senhores (as) Deputados (as), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação, sendo **aprovada por maioria** com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, seis votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. Mereceu ainda

uma abstenção do PS. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS**, declarou que se absteve porque não esteve presente naquela sessão ordinária. -----

- **De seguida o Senhor Presidente da Assembleia** apresentou o pedido do Senhor Presidente da Câmara para a inclusão na ordem de trabalhos dos seguintes pontos: -----

- Proposta de Deliberação da Alteração da estrutura Orgânica Nuclear dos Serviços do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. m) do n.º 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09. -----
- Proposta de Deliberação da Revisão do Regulamento do Programa de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento – Início do procedimento e aprovação do projeto de diploma, ao abrigo da al. g) do n.º 1 do art.º 25º da lei nº 75/2013, de 12/09.

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, interpelou a Mesa para manifestar o seguinte: "Tendo em conta que vamos votar um requerimento que é bastante relevante para a vida do Município, eu gostaria de colocar à consideração da Mesa, em primeiro lugar que se alguma vez a transmissão e a gravação desta Assembleia Municipal se tornou relevante, eu julgo que será precisamente à custa deste requerimento, porque a Câmara Municipal pretende discutir dois pontos adicionais na Assembleia Municipal de hoje, sendo que precisa de uma maioria de dois terços para o conseguir. E eu gostaria de destacar o seguinte: tendo em conta que a Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento, está em discussão, eu alertaria os Senhores Deputados para a importância da possibilidade desta Assembleia Municipal discutir esse Regulamento. Relembro que essa proposta implica o aumento do subsídio a atribuir aos munícipes,

implica um aumento do valor máximo da renda e em último lugar permite que o maior número de pessoas se candidate a este subsídio. Eu lamentaria profundamente que esta Assembleia Municipal bloqueasse e impedisse a discussão e a aprovação de uma medida que é essencial para todos os funchalenses, ninguém perceberia que esta Assembleia bloqueasse o tratamento de um tema tão relevante como é o do Subsídio Municipal ao Arrendamento. Portanto, feito este alerta requereria que colocasse o ponto à votação." ----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, replicou que não percebeu que interpelação à Mesa, fez o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques. Depois perguntou se já estava aberta a discussão daquele ponto para procederem à votação do requerimento que foi solicitado pelo executivo, porque antes disso gostaria de intervir.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que primeiramente terão de votar a inclusão, ou não, daqueles pontos na ordem de trabalhos, por isso, colocou à consideração dos Senhores Deputados a oportunidade de os colocarem naquela Assembleia, ou se pretendem que sejam apreciados e votados numa nova sessão extraordinária a marcar. --

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, perguntou se também vai ser dada aos partidos da oposição a margem de manobra que foi dada ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, que em vez de fazer uma interpelação à Mesa, fez uma intervenção. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que quando as pessoas pedem para intervir não tem a capacidade de ler o que é que vão dizer, e que nas melhores das intenções deu a palavra ao Deputado João Paulo Marques, como dará a qualquer outro Deputado presente, sabendo que não é capaz de adivinhar o que é que as pessoas vão dizer.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, referiu que

P
Lu.
M

aqueles dois pontos só foram submetidos à reunião de Câmara após a convocatória ter sido enviada aos Deputados Municipais. Assim, atendendo a que os pontos foram inseridos de forma tardia pelo executivo, consideraram que não deviam de ser apreciados e votados naquele dia, porque os mesmos não tiveram tempo para analisar devidamente aquela inserção na ordem de trabalhos, para além de que irão discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, numa ordem de trabalhos com onze pontos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** acrescentou que o pedido de inserção de pontos na Convocatória não é novo e que só naquele dia é que foi colocado problema sobre aquela situação. Assim, por se limitar a cumprir o Regimento irão efetuar a votação. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, contestou que é apenas novo numa Assembleia Municipal onde é discutido o Orçamento. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o pedido do Senhor Presidente da Câmara para a **inclusão na ordem de trabalhos dos pontos: Proposta de Deliberação da Alteração da estrutura Orgânica Nuclear dos Serviços do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. m) do n.º 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09 e a Proposta de Deliberação da Revisão do Regulamento do Programa de Atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento – Início do procedimento e aprovação do projeto de diploma, ao abrigo da al. g) do n.º 1 do art.º 25º da lei nº 75/2013, de 12/09, não sendo aprovado com quinze votos contra sendo oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. Mereceu ainda vinte e seis votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente.**-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, declarou que o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques sublinhou que a não aprovação da inserção daqueles documentos, iria impedir o tratamento de assuntos relevantes, e que são

as bancadas da oposição que querem mais uma Assembleia Extraordinária, por causa das senhas de presença, mas no passado o que não faltou naquela Casa, foi o bloquear e o impedir políticas do executivo anterior que serviriam as pessoas, assim como, não faltaram Assembleias Extraordinárias para bloquear esse executivo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que aqueles dois pontos são importantes, mas precisam de tempo para verificar e averiguar todos os pontos apresentados. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou que independentemente dos assuntos que pretendiam introduzir na ordem de trabalhos, a questão é a ordem de trabalhos ser extensa e não existir uma data prevista para continuação daquela Assembleia Municipal. Para além disso, se sabiam que tinham documentos e assuntos importantes para serem aprovados ainda no corrente ano, aquela Assembleia Municipal deveria de ter sido agendada para o final do mês de forma a permitir que todos os assuntos fossem discutidos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, no balanço que fez dos dois anos daquela administração do Município do Funchal, realçou: -----

- Se as carreiras profissionais dos Bombeiros Sapadores do Funchal já estão regularizadas.
- No seu entender no Programa das Bolsas de Estudo, os valores dos escalões de IRS deveriam de ser aperfeiçoados. -----
- O Subsídio Municipal de Arrendamento precisa de uma majoração de 60%. -----
- Apesar de a medida ao benefício aos mais jovens na aquisição de habitação ser muito boa, aconselhou o executivo a investir em publicidade para melhor esclarecimento dos interessados. -----
- Nas promessas estão: a legalização das casas no Gabinete das Zonas Altas, os

despachos de projetos imobiliários, as Teleconsultas e a redução máxima do IMI. -----

- O Passe sub 23, que inicialmente foi apresentado pelo MPT, aparece agora naquele Orçamento, assim como o táxi para os idosos. -----

- Sobre o aumento de criminalidade no concelho do Funchal, considerou que a solução é a colocação de câmaras. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tem planos para cumprir a sua promessa de melhorar o atrofamento do trânsito na cidade do Funchal, ou se a vai esquecer tal como fez com o parque automóvel na Praça do Município. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, por aquele executivo mostrar que não se importa nada com destruir património, sobre as antigas muralhas na Rua Major Reis Gomes que estão a ser destruídas, escondidas e camufladas no prédio novo, perguntou quais foram os pareceres dos Serviços de Arqueologia da Câmara e da Direção Regional de Cultura e Património. Assim como, vão destruir sem dó nem piedade, sem respeito e sem sensibilidade cultural, em parceria com o Governo Regional, o edifício da antiga FAOJ - Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, Quinta das Lagartixas, que foi doada à Região Autónoma da Madeira em dois mil e catorze. Considerou que "a política serve para conseguir equacionar e equilibrar o passado que nos define como comunidade única, e o futuro que permite viver com qualidade e com memória. Pois o que se destrói não volta e a alma da comunidade vai se perdendo num soar de sinos que não chama à missa, mas anuncia o fim. Como tal, a cidade está mesmo a ficar sem alma e a perder a sua identidade." -----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, interpelou a Mesa para lembrar ao executivo que estão num Órgão deliberativo e fiscalizador, por isso, julga

que a competência de fiscalizar e de exercer ali o trabalho dos deputados municipais, coaduna-se, por parte do executivo, com no mínimo de tentarem responder e respeitar aquele que é o trabalho dos mesmos. Logo, perguntou se aquele continua a ser um Órgão fiscalizador e se a Câmara Municipal do Funchal, continua a ter que prestar esclarecimentos aos deputados municipais.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que se a vereação não responde é porque acha que não deve de responder, assim como o Presidente da Mesa não pode obrigá-la a ficar calada ou a falar.-----

Depois voltou a dar a palavra à **Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, para apresentar o **Voto de Saudação 25 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**: "A violência contra as mulheres, seja em que âmbito for, é uma grave violação dos direitos humanos que permanece largamente impune, constituindo-se como uma forma grave de discriminação com impactos profundos e duradouros nas vítimas e nos agregados familiares em que ocorre, tendo custos socioeconómicos elevados. Todos os dias, na Europa onde se inclui Portugal, muitas mulheres são abusadas física e psicologicamente na "segurança" do seu lar, na rua, no seu local de trabalho, ie, tanto no espaço público como no privado. -----

A violência exercida contra mulheres e meninas acontece em todos os países do mundo, nas diversas culturas, nos diversos estratos e grupos sociais, assumindo múltiplas manifestações. Para os agressores as mulheres são objetos sem direito a identidade própria sobre quem podem usar práticas de agressão, discriminação, coação, violação e até de mutilação genital. Estereótipos e preconceitos de género estabeleceram-se como aceitáveis e normalizáveis contra mulheres e meninas, não sendo questionados por muitas pessoas, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas.-----

Se se recordar o que aconteceu nestes últimos confrontos armados entre Israel e a Palestina verificamos que as agressões contra as mulheres continuam a ser usadas como armas de guerra: Mulheres e meninas foram violentamente violadas, agredidas, assassinadas, usando-se essas agressões como forma de as desumanizar e humilhar.---- Em Portugal, infelizmente, ainda se concretizam atos de violência contra as mulheres, contra a sua liberdade e a sua autodeterminação sexual, num desrespeito pelos direitos humanos. Segundo a informação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - CIG, no ano de 2022 morreram 24 mulheres e 2 crianças em contexto de violência doméstica e foram participadas 30.389 ocorrências na PSP e na GNR. Em relação aos primeiros seis meses de 2023, os dados não se apresentam muito animadores, ou seja, já morreram 10 mulheres e 1 criança e, já foram participadas 14.863 ocorrências na PSP e na GNR. Sabemos que, por razões variadas, entre as quais têm muito peso a vitimização e a humilhação que as mulheres sofrem na pele por denunciarem a violência de que são alvo, muitos casos não são comunicados, pelo que o número de mulheres agredidas é ainda maior do que o que consta nos números oficiais. -----

A **Convenção de Istambul** é o tratado internacional de maior alcance para fazer face a esta grave violação dos direitos humanos. Reconhece que a violência contra as mulheres está profundamente enraizada na desigualdade de género e é perpetuada por uma cultura patriarcal e de alheamento desta realidade. Portugal subscreveu-a e, nestes últimos anos, tem implementado medidas de intervenção integrada a diferentes níveis: educacional, de saúde pública, de segurança, criminal. -----

Pelas razões expostas, o **dia 25 de novembro** constitui-se como um marco simbólico no combate pela erradicação da violência contra as mulheres, seja no âmbito da violência psicológica, sexual, física, cultural, patrimonial, económica, sendo importante assinalá-lo.- Foi a 17 de dezembro de 1999 que a ONU designou o 25 de novembro como o **Dia**

Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, apelando-se aos governos e às organizações (governamentais ou não) para o planeamento e desenvolvimento de políticas públicas e ações que combatam e previnam a violência contra as mulheres, visando o reconhecimento da problemática e alertando para o respeito e cumprimento dos direitos da Mulher, que são direitos humanos. -----

É importante recordar que esta data, **25 de novembro**, não surgiu por acaso. Neste dia, em **1960**, foram assassinadas as três irmãs Mirabal (Minerva, Maria Teresa e Pátria), conhecidas também por "Las Mirabal" ou "Las Mariposa", ativistas políticas, a mando de Rafael Trujillo, um ditador dominicano. Posteriormente, no Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado no ano de 1981, essa data perpetuou-se como um marco da história, em memória destas três mulheres. -----

Portugal é um dos países que tem trabalhado de forma focada, consistente e intencional a eliminação da violência contra as mulheres e meninas. A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018-2030), integra três planos de ação onde estão explanados os objetivos estratégicos e medidas a atingir até 2030. -----

Para além deste trabalho político importante levado a cabo por todos os níveis de decisão local, regional e nacional, é essencial que se monitorize a eficácia da intervenção, da sensibilização junto da sociedade civil e da prevenção das ações implementadas, bem como das ações levadas a cabo de forma transdisciplinar. -----

Atendendo à importância da data e à gravidade do problema em questão, o Partido Socialista propõe que esta Assembleia preste uma homenagem a todas as mulheres que foram ou são vítimas de violência e condene todas as formas de violência perpetrada contra mulheres, de todas as idades. Exorta também a uma cada vez maior aposta na sensibilização e prevenção no que diz respeito à violência contra as mulheres e meninas.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia

Municipal do Funchal, reunida em sessão do dia 13 de dezembro de 2023, aprove um voto de Saudação pelo dia 25 de novembro, Dia Internacional Para A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres."-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Independente**, disse o seguinte: "Sobre o Voto de Louvor apresentado pelo Partido Socialista, a Coligação Funchal Sempre à Frente não podia deixar de parabenizar o executivo camarário, através da digníssima Senhora Vereadora, Dra. Helena Leal, Presidente do Conselho Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, pela cerimónia emotiva - para a qual, relembro aqui, foram convidados todos os Conselheiros Municipais e representantes dos Partidos com assento nesta Assembleia, bem como os cidadãos independentes eleitos -, que decorreu no dia 25 de novembro, no Parque de Santa Catarina, na qual se assistiu a uma largada de 25 pombos, um por cada mulher assassinada este ano, em Portugal. Foram, de 1 de janeiro até o dia 15 de novembro, 25, as mulheres assassinadas, pelo que gostaríamos que na redação do voto de louvor apresentado, fosse espelhado, o número correto de mulheres vítimas de violência, com base nos últimos dados oficiais, números de 2023. Os dados do OMA – Observatório das Mulheres Assassinadas, revela que entre estas 25 vítimas de violência, registaram-se 15 femicídios ou feminicídios (nas relações de intimidade) e 10 assassinatos ocorridos em outros contextos. Um deles, à pedrada. A 25 de novembro lembramos estas mulheres assassinadas às mãos de agressores, juntamo-nos à dor das suas famílias, dos seus filhos, dos seus amigos. Este foi um dia assinalado pelo Conselho Municipal para a Igualdade de Género e a Não Discriminação, presidido pela Senhora Vereadora Helena Leal, com propósitos claros. Entre outros, foi mais um dia em que se alertou para a violência física, psicológica, sexual e social que atinge as mulheres em todo o mundo. Neste dia, foi também reforçada a

necessidade de se continuar a promover o acesso universal a todas as mulheres, a cuidados de saúde (especialmente em matérias de direitos sexuais e reprodutivos), à educação e ao acesso a cargos de liderança, destacando-se ainda a inclusão da perspetiva da mulher em novos domínios estratégicos.-----

Quanto aos números da CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, aqui referidos pela Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, gostaríamos de sublinhar que os dados apresentados, não estão atualizados. No último Boletim estatístico de 2023, publicado este mês de novembro, pela CIG - que reúne um conjunto de indicadores de diferentes áreas setoriais, da População; Saúde; Educação, Formação e Ciência; Digitalização e Tecnologias de Informação e Comunicação; Trabalho e Emprego; Poder e Tomada de Decisão; Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; Pobreza e Proteção Social; Violência de Género; LGBTI+ e ainda, para este ano, um capítulo designado Mulheres no Censos 2021 -, há dados incontornáveis que importam reter, sobretudo no âmbito das políticas públicas. No documento tornado público, e que está disponível online, o cenário que se apresenta é suficientemente esclarecedor e reforça os motivos pelos quais continua a fazer sentido a emotiva comemoração do Dia Internacional pela Erradicação da Violência Contra as Mulheres, pois, é um facto: a Violência de Género continua a afetar, de forma desproporcionada, as mulheres. Em 2022, registaram-se 30 488 ocorrências de violência doméstica, número superior ao observado em 2021 (26 520). E houve 29 258 vítimas de violência doméstica, 72,4% das quais mulheres. Continuemos a fazer caminho. Contra as várias tipificações de violência.-----

Pelos direitos humanos, sempre."-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Saudação 25 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**, apresentado pelo **PS**, sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta

P
L.
On

e um votos a favor, sendo vinte e seis votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, para apresentar o **Voto de Saudação – Dia Internacional dos Direitos Humanos 75º Aniversário**: “No passado domingo, dia 10 de Dezembro, celebrou-se o septuagésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. -----

O Dia Internacional dos Direitos Humanos foi proclamado pelas Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, data em que a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo de promover a paz e defender a humanidade após a 2ª Guerra Mundial. -----

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento histórico que estabelece os direitos fundamentais de todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, raça ou etnia, religião, género, sexo ou qualquer outra condição e reconhece que todos os seres humanos têm direito à vida, à liberdade, à segurança, a um padrão de vida adequado. -----

Reconhecer e assinalar o dia 10 de dezembro é respeitar os direitos humanos, é consciencializar as sociedades e as suas populações para a importância da paz e da democracia, é incentivar as ações que promovam e protejam esses direitos em todo o mundo, e é valorizar e respeitar um legado que nos é, a todos, muito caro. -----

Nos últimos tempos assistimos a um conjunto de acontecimentos que abalaram os alicerces da segurança, da paz e da democracia. Primeiro uma pandemia devastadora aliada a uma restrição dos direitos liberdades e garantias sem precedentes, imediatamente sucedida por uma guerra, a que se seguiu outra, além do aumento da violência, do extremismo, e da

intolerância, um pouco por todo o lado, que nos colocam grandes desafios enquanto sociedade.-----

Infelizmente, assistimos, diariamente, a violações aos direitos humanos, com as guerras, torturas, discriminação, violência contra mulheres e crianças, pobreza extrema, tráfico de seres humanos.-----

Pelo que, cada uma e cada um de nós desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais digna, mais justa e impulsionadora dos direitos universais. -----

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão do dia 13 de dezembro de 2023, aprove um Voto de Saudação pelo dia Internacional dos Direitos Humanos e pela comemoração este ano do septuagésimo quinto aniversário do Dia Internacional dos Direitos Humanos.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Voto de Saudação – Dia Internacional dos Direitos Humanos 75º Aniversário – Apresentado pelo PS**, sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo vinte e seis votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS**, para apresentar o **Voto de Congratulação ao Escultor Dr. Francisco Simões pelo prémio internacional MACAEL 2023**: “Natural de Porto Brandão, Almada, Francisco Simões é um dos autores mais relevantes da escultura portuguesa, sendo autor de importantes obras de Arte Pública, entre as quais as esculturas do Parque dos Poetas, em Oeiras, e, mais recentemente, a estátua de Homenagem ao Professor, no Funchal.-----

Em 1965, concluiu o curso na Escola de Artes Decorativas António Arroio e foi bolseiro da

P
L
L

OCDE em Itália, tendo depois colaborado com o Museu do Louvre, em Paris, convidado por Germain Bazin. Na década de 70, como professor, teve um papel ativo no combate ao elevado analfabetismo, devendo-lhe a Madeira o reconhecimento pelo que fez pelos alunos que encontraram na sua dedicação pedagógica e humanista forma de superar uma conjuntura económica e social que lhes era adversa. Primeiro como docente, em 1969, e depois como Diretor da Escola Preparatória da Ribeira Brava, em 1972, as possibilidades que criou com um projeto educativo único e inovador no país permitiram a muitos estudantes o acesso a oportunidades que lhes marcaram as vidas. Foi também na Madeira que fez e concluiu o curso em Escultura na Academia de Música e Belas Artes em 1974, tendo sido nomeado como membro da Comissão Diretiva do Museu da Quinta das Cruzes no Funchal.-----

Em 1975, regressa a Lisboa e é escolhido como responsável pedagógico do Serviço Cívico Estudantil do Ministério da Educação e Cultura. De 1976 a 1980, assume funções como vereador da Câmara de Almada. Consultor do Ministério da Educação para o projeto "A Cultura Começa na Escola", em 1989, foi também, em 1992, membro do grupo de trabalho criado para a "Humanização Estética dos Espaços Educativos" a que ficará ligado até 2005. Em 1997, foi nomeado assessor do Secretário de Estado da Administração Educativa e, em 1998, assessor do Ministro da Educação.-----

O seu trabalho artístico, reconhecido pela crítica e pelos pares, foi agraciado com diversos prémios, como o Prémio Lusofonia 2018, tendo agora, no dia 10 de novembro, recebido das mãos do Rei de Espanha, Filipe VI, o prestigante Prémio Internacional Macael, que o consagra como um artista que, tendo escolhido a Madeira para viver, possui uma obra de grande impacto universal, dialogando a partir do Centro de Artes Francisco Simões com o mundo, criando um País-Ilha que é uma Ilha-Mundo.-----

Num contínuo diálogo com as outras artes, nomeadamente com a literatura, Francisco

Simões faz das suas produções poesia com mármore, com cerâmica, através do desenho, da pintura, da serigrafia, concretizando na prática o que escreveu António Ramos Rosa num dos seus poemas: "Movo a escultura do desejo na diagonal aspirada /ena fragrância do arco quando a consistência/ é a bondade que flui [...]". Com uma vasta experiência internacional, abre caminho à compreensão dos homens e à apreciação da beleza na sua diversidade, atribuindo à mulher um papel fulcral na demanda da alma que se concretiza em corpo. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão do dia 13 de dezembro de 2023, aprove um voto de Congratulação reconhecendo a distinção atribuída a Francisco Simões como um motivo de orgulho para o Funchal e para a Região Autónoma da Madeira e como um incentivo para a continuidade do seu trabalho inestimável à frente do Centro de Artes Francisco Simões.-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, fez a seguinte intervenção: "Não podia deixar de aproveitar esta oportunidade para congratular a Câmara Municipal do Funchal pelo reconhecimento que tem feito ao Escultor Francisco Simões, não só através do voto de louvor que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, mas principalmente pelo apoio que foi dado na realização da escultura *A Professora*, numa homenagem que foi dada aos professores no Funchal. E por fim também registo com especial agrado o facto do Partido Socialista se associar a esse reconhecimento, sendo certo que quando estão os próprios partidos da oposição a caucionar aquela que é a atuação da Câmara Municipal do Funchal, então é sinal que estamos no caminho certo."-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Voto de**

Congratulação ao Escultor Dr. Francisco Simões pelo prémio internacional MACAEL 2023 – Apresentado pelo PS, sendo aprovado por unanimidade com trinta e nove votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu de o apresentar.-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, ao apreciar aquela informação escrita destacou: -----

- Apesar de existirem vários Conselhos não verificam melhorias no quotidiano dos funchalenses e no comércio.-----

- Não observam preocupação da parte do executivo na formação dos funcionários.-----

- Em relação à Cultura, consideram que a autarquia está no bom caminho com muitas iniciativas que dinamizam o concelho.-----

- Em relação ao Desporto considera que apoiam mais os eventos do que os clubes, porque os mesmos não vão dignificar os funchalenses, contudo aprovam os eventos que existem no concelho.-----

- Sobre a cobrança de impostos disse que o quadro apresentado na página sessenta e dois, diz tudo.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, questionou o seguinte: -----

- Qual é o regulamento que subjaz o cartão de apoio à compra de bens alimentares? Qual é o plafom que está atribuído? Quanto cartões foram entregues? E quais são os critérios?
- Quantas Bolsas do Ensino Superior estão pagas? Quantas é que aguardam documentos? Para que níveis, licenciaturas, mestrados, doutoramentos, etc.? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS**, alertou que o Caminho do Meio após a intervenção da ARM, ao ser asfaltado ficou desnivelado, o que tem vindo a provocar acidentes com viaturas e peões. Também salientou e agradeceu que a intervenção no Conjunto Habitacional do Canto do Muro seja célere, porque têm existe algumas ações de despejo na freguesia e não há a hipótese de solucionar os problemas de habitação. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** sobre aquela última questão disse que já está respondida, depois fez os seguintes esclarecimentos:-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues** disse estar respondido, porque não entendeu nenhuma pergunta específica. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes** sobre o Cartão de apoio à compra de bens alimentares, disse que foram investidos vinte mil duzentos e cinquenta euros. Cada cartão tem um plafom de cento e cinquenta euros e foram beneficiadas com o mesmo, cento e trinta e cinco famílias. Quanto às Bolsas de Ensino Superior foram recebidas dois mil quinhentas e oitenta e oito candidaturas, dessas, duas mil trezentos e cinquenta e oito, já foram aprovadas e pagas na totalidade o ano letivo 2022/2023, no valor de um milhão quatrocentos e dois mil euros. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, salientou o seguinte: -----

- Quantos processos tiveram resposta em cinco dias? Porque é que nas reuniões de Câmara públicas, há cada vez mais inscrições de pessoas para tratarem de assuntos

relacionados com a falta de resposta aos seus pedidos de licenciamento, e outros assuntos relacionados com o urbanismo?-----

- Sobre a desmaterialização dos processos, continuam a não ver onde é que está essa desmaterialização, e onde é que existe a transparência prometida relativamente à tramitação dos mesmos?-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, perguntou se se confirma a informação de que a limpeza urbana está a ter cada vez mais dificuldades em dispor de viaturas que funcionem, porque estão muitas viaturas avariadas e parece que há pouca vontade em repará-las.-----

Sobre o mosquito *Aedes aegypti*, no relatório é afirmado que não há quaisquer casos de indícios da presença daqueles insetos, mas toda a gente é picada por os mesmos. Por isso, qual é o ponto da situação do trabalho do Município naquele âmbito? Que ações de monitorização é que têm sido desenvolvidas e até adaptadas às alterações climáticas?----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, questionou qual a categoria dos Fiscais que entraram recentemente nos quadros da autarquia, e se os Fiscais já existentes vão, também, ter uma formação específica nessa área?-----

Sobre a Aldeia de Natal a decorrer na Praça do Município e promovida por aquela Câmara, gostaria de saber onde é que estão as casas de banho adequadas às crianças que a frequenta.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu:-----

- **À Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano** sobre a resposta em cinco dias, disse que nunca afirmaram que iriam dar resposta do projeto em cinco dias. Disseram sim, que em cinco dias diriam, na primeira apreciação, se o projeto tem ou não condições para continuar. Quanto à desmaterialização, disse que estão a rever todo o procedimento para alterar o sistema informático, porque esse sistema que existia na Câmara anterior à

chegada daquele executivo, não permitia a passagem de informação entre departamentos, não permitia dar ou recolher uma informação e muito menos passar informação para os interessados. Por isso, a desmaterialização e a transparência, julga que ficou notória no último processo que fizeram sobre a unidade técnica de execução, onde toda a documentação foi e é facultada digitalmente a todas as pessoas. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes** sobre o mosquito informou que estão a fazer uma limpeza e uma monitorização no conjunto de quarente e seis sarjetas, onde vinte e seis são nas ruas da parte baixa da cidade. Também estão a acompanhar aquilo que se passa em três complexos habitacionais, Comboio, Cruzes e Viveiros. Têm uma aplicação de sal gema num conjunto de seiscentas e cinquenta sarjetas e em quarenta ruas, onde, inclusivamente, estão a fazer uma vistoria em locais públicos e em alguns sítios privados. Quanto ao número de ovos, comparando a colocação do número de ovos que são feitos e aquela situação, tem sido verificada, também, com os serviços de saúde da Direção Regional de Saúde, que há efetivamente entre a semana vinte e oito e a semana quarenta e dois do corrente ano, um ligeiro acréscimo em relação àquilo que foi a média entre dois mil e doze e dois mil e vinte e dois. Contudo, a situação a partir da semana quarenta e seis tem vindo a diminuir e no momento está melhor do que aquela que estava no período do verão.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues** sobre as casas de banho das crianças da Aldeia Natal, em tom de brincadeira, disse-lhe que é melhor perguntar ao Pai natal se tem alguma solução para as mesmas.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, lembrou que sobre o Cartão de apoio à compra de bens alimentares, não foi respondido quais são os critérios ou se há ou não um regulamento para o mesmo.-----
Depois perguntou quando é que o Senhor Presidente da Câmara pensa começar as obras

de escavações na Praça do Município, para a criação do parque prometido com mil e quinhentos lugares. -----

Questionou também, se há luz da Lei 56/2023, de 6 de outubro, estão a fazer o estudo de caracterização do Alojamento Local. Como é que avaliam os impactos do Alojamento Local na cidade do Funchal? Qual é o trabalho que está a ser feito? Se pretendem fazer um regulamento que clarifique todas as questões novas que aquela lei levanta. Se pretendem elaborar uma Carta Municipal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que acreditar no Pai Natal é acreditar nas promessas do Senhor Presidente da Câmara. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, na sequência do que disse o Senhor Presidente da Câmara, referiu que lhes chegam muitas queixas acerca de situações de pessoas que não obtêm resposta aos seus projetos e que, inclusivamente, existem projetos que passam à frente de outros sem que exista uma justificação para tal. -
Relativamente à questão da desmaterialização do novo software disse que por já se terem passado dois anos, julga que já não existem desculpas para que no momento não esteja em funcionamento um sistema, que permita o acesso e a transparência que é exigida naqueles processos, bem como os projetos possam ser submetidos por via eletrónica e que quem os submeta possa ter acesso aos mesmos. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** transmitiu à **Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes** que os lugares de estacionamento no centro do Funchal vão ser feitos. -----
Quanto ao Alojamento Local disse que o estudo está a ser feito, está a ser monitorizado e que vai ser apresentado em devido tempo com as devidas conclusões. Quanto às normas e ao regulamento, a seu tempo também, serão apresentadas e será dado conhecimento às pessoas. -----

À Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano sobre a presença dos munícipes nas

reuniões públicas de Câmara, disse que 90% dos processos e das pessoas que ali levantam questões, são relativamente ao período anterior a dois mil e vinte e um. -----

Em relação à transparência e lisura dos procedimentos, transmitiu que estão perfeitamente tranquilos.-----

Depois passou a palavra ao **Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues**, para melhor clarificar que a celeridade dos processos nunca poderiam ser em cinco dias, porque os processos que necessitam de pareceres externos, a Lei prevê vinte dias para as entidades se pronunciarem, por isso nunca ninguém poderia fazer uma afirmação dessas. Logo, a afirmação que foi feita e para que fique bem esclarecido, é que a apreciação liminar dos processos quando dão entrada na autarquia são em cinco dias, o que no momento até são em menos tempo. No que concerne a pessoas que não têm resposta e aos projetos que passam à frente de outros, disse que é demagogia, que são afirmações baratas e que gostava que as concretizassem. Transmitiu ainda que quando esteve na Câmara de dois mil e cinco a dois mil e treze, em dois mil e treze foi instituído a entrega de projetos via eletrónica, porém entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um, a Coligação Mudança e depois Confiança, destruíram todo esse procedimento, como pode comprovar. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** sobre o Cartão de apoio à compra de bens alimentares, disse que foram investidos vinte mil duzentos e cinquenta euros, cada cartão tem um plafom de cento e cinquenta euros e foram beneficiadas cento e trinta e cinco famílias mais carenciadas, sob o critério do Departamento de Ação Social da autarquia. ---

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, retorquiu que sobre o critério tem a certeza de que é bem decidido, mas considera o processo opaco, pois a opacidade é uma característica que está a invadir aquele executivo, onde os critérios e a transparência desapareceram. -----

Depois perguntou o que é que é a ACA, que é mencionada na página 8 do relatório da

SocioHabitaFunchal? E quantos nadadores-salvadores, socorristas, bilheteiros e assistentes de praia, tem a Frente MarFunchal atualmente? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, dirigindo-se ao Senhor Vereador João Rodrigues disse que o que se verifica, não é aquilo que aquele diz. Porque as pessoas dizem a promessa do Senhor Presidente da Câmara, na altura candidato, de despachar os licenciamentos e apreciá-los em cinco dias úteis, não tem acontecido. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara esclareceu:** -----

- **À Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes** que sigla ACA é Associação Conversa Amiga. -----

Sobre as questões da Frente MarFunchal, disse existirem doze nadadores-salvadores, um socorrista que são do quadro da empresa, mas que por existir no período de verão, entre junho e outubro, uma maior atividade nas praias, aumentam esse número com pessoas contratados a termo. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano** transmitiu que acha que a população está muito satisfeita com a simplificação de todos os procedimentos, porque têm tido muito feedback positivo dos promotores e dos investidores, que pode ser comprovado pela dinâmica na cidade, na habitação, na construção, na promoção, no investimento e na dinamização comercial, como já há uns anos não se verificava no concelho do Funchal.---

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Dois - Proposta de Deliberação do Orçamento Suplementar 2023 – Alteração Modificativa nº 4, ao abrigo do disposto da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que expôs que aquela alteração do Orçamento Suplementar visa consagrar já para dois mil e vinte e três, dois projetos comunitários que foram aprovados, um para a mobilidade e outro para os bairros

habitacionais do Funchal. -----

- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, questionou se algum daqueles projetos já estaria previsto no Plano de Atividades para dois mil e vinte e três.-----

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** clarificou: “O Plano de Atividades para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e seguintes, está sempre a gerir de forma o mais rigorosa as finanças da Câmara Municipal, submetendo a projetos de interesse comunitário as candidaturas que em cada momento se farão a análise. Portanto, está em sentido lato, porque não conhecemos o que é que vai ser lançado durante o ano, por isso sim já estava previsto.” -----

- INTERVENÇÃO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que apesar de não deixarem de acompanhar aquele Orçamento Suplementar, não irão votar a favor, porque não tiveram tempo de avaliar os quatro projetos. -----

--- Colocado à votação o **Ponto Dois - Proposta de Deliberação do Orçamento Suplementar 2023 – Alteração Modificativa nº 4, ao abrigo do disposto da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, foi **aprovado por maioria** com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, sete votos do PS, um voto do PDR e um voto da CDU. Mereceu ainda dois votos contra do BE e uma abstenção do MPT. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Ricardo Nuno Pestana Abreu da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira do PS e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra à **Senhora Vice-presidente**

da Câmara para apresentar o **Ponto Três - Deliberação da redução da taxa do IMI Familiar – Prédios de Sujeitos Passivos com Dependentes a Cargo, ao abrigo do disposto nas als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que clarificou: “Acerca de 2 meses existia uma legislação avulsa que permite aumentar o benefício fiscal com os dependentes a cargos em cada agregado familiar. O que aqui está é, a Câmara Municipal do Funchal consubstancia a aplicação da dedução máxima em sede de IRS, e coloca aquilo que foi aprovado em sede de Assembleia da República já para o orçamento de 2024.”-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, interveio dizendo: “O grupo municipal Funchal Sempre à Frente vem congratular-se com este executivo municipal, por uma vez mais cumprir com os funchalenses. Com esta medida do executivo vem beneficiar 7 mil famílias com uma poupança fiscal na ordem dos 140 mil euros. Este é um sinal forte do compromisso e propósito que o atual executivo municipal tem para com todos os munícipes na baixa fiscalidade, e que a autarquia tem vindo a adotar ao longo destes últimos 2 anos de mandato. Este executivo tem operado a maior redução de carga fiscal do Funchal desde sempre. Com a alteração da Lei 56/2023, o executivo municipal vem garantir o maior benefício para o IMI Familiar e neste caso, em particular, esta alteração significa que uma família com um dependente pode deduzir em fonte de IRS a partir de agora 30 euros em vez dos 20 euros anteriormente possíveis, com dois dependentes passa a poder deduzir 70 euros em vez dos 40 euros anteriormente possíveis, e para aqueles que têm três ou mais dependentes podem agora deduzir 140 euros quando antes eram apenas e só 70 euros. O que é importante aqui realçar e deixar bem claro é que este executivo tem um foco muito grande naquilo que é o essencial, e o essencial deste executivo é de facto a baixa

fiscalidade, reduzir ao máximo os impostos aos funchalenses e devolver o máximo de rendimentos para os seus munícipes.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, expôs: “O denominado IMI Familiar existe desde 2016. Um aditamento introduzido no Código do IMI veio permitir que as Assembleias Municipais através de deliberação, pudessem permitir que os munícipes possam abater uma parcela ao imposto a pagar. O Funchal foi o primeiro Município do País a aplicar o IMI Familiar. Hoje as parcelas que eram de 20 euros, 40 euros ou 70 euros consoante tínhamos um dependente, dois dependentes, três ou mais dependentes, são agora de 30 euros, 70 euros e 140 euros. Foi com o Pacote Mais Habitação e com a entrada em vigor da Lei 56/2023, de 6 de outubro, que as famílias portuguesas vão já para o ano poder ver o imposto sobre o seu imóvel, ser reduzido até ao montante de 140 euros. Já tivemos a garantia por parte do Ministro das Finanças que a taxa do IMI não vai aumentar, mas continuamos à espera que este executivo cumpra com a promessa eleitoral da Senhora Vice-presidente de baixar o IMI que estava já na taxa mínima. Um elogio à República porque aumentou o valor da parcela a abater, a prioridade que é dada às famílias, aos rendimentos e à necessidade de os mesmos ficarem nos orçamentos familiares e, também, louvar a Câmara por continuar a propor à Assembleia Municipal deliberar o abatimento destas parcelas, em que as famílias veem nesta medida uma forma de terem mais rendimentos ao fim do mês.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, comunicou que o MPT vai votar a favor, porque que é muito importante para os recursos das famílias e que aquela é uma proposta que vai até ao limite da Lei.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Três - Deliberação da redução da taxa do IMI Familiar – Prédios de Sujeitos Passivos com Dependentes a Cargo, ao abrigo do disposto nas als. c) e d) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, à**

votação sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não esteve presente nesta votação o deputado municipal Ricardo Nuno Pestana Abreu da Coligação Funchal Sempre à Frente. -----

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** também apresentou o **Ponto Quatro - Proposta de Deliberação do Pacote Fiscal 2024 – Participação no Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), ao abrigo do disposto nas als. b) e c) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, dizendo: “Relativamente a esta matéria nós em setembro tínhamos colocado aqui à aprovação a devolução de 4% aos municípios do Funchal, foi aprovada e vimos a execução que neste momento é possível ter das receitas fiscais nomeadamente IMT e IMI, e que permite vir agora fazer uma apresentação em antecipar um ano a promessa eleitoral que tínhamos feito, que é devolver a totalidade de IRS aos municípios do Funchal e fazemo-la já para 2024. Na verdade, com o atual executivo assiste-se à menor carga fiscal, há maior execução da receita que advém da atividade económica, mais turismo, mais atividade imobiliária, mais atividade comercial, mas a verdade é que temos a menor carga fiscal de sempre. Só para terem uma ideia no ano de 2024 será devolvido aos municípios funchalenses 7 milhões e 700 mil euros, e se quiserem, nós neste mandato até 2025 vamos devolver 23 milhões e meio de euros. Comparativamente com os 8 anos dos dois anteriores executivos a devolução foi de 12,5 milhões de euros. Portanto, neste mandato devolvemos mais 88% de IRS aos municípios, é com este executivo que os municípios funchalenses têm menos carga fiscal.” -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, refutou que na Assembleia Municipal de vinte e sete de setembro, apresentaram uma proposta para a

devolução dos 5% do IRS, porque se assim não o fosse implicaria o não cumprimento da promessa do executivo nessa devolução até ao final do mandato, atendendo a que a deliberação tomada no ano corrente irá incidir sobre os rendimentos auferidos no próximo ano, cujo pagamento seria efetuado no ano de dois mil e vinte e cinco. Porém, pela falta de democracia e teimosia do PSD, nomeadamente daquele executivo, em não aceitar a proposta da oposição foram incapazes de a votar favoravelmente. Contudo, folgamos em atentar que é uma das propostas agora apresentada e que está refletido no Orçamento para 2024. -----

Relativamente à devolução nos últimos anos disse que aquela medida foi iniciada na Câmara nos últimos dois mandatos, o que também agora permite que aquele executivo dê continuidade àquela devolução de rendimentos à população. E que apesar dos Orçamentos serem menores, a devolução que foi feita foi na ordem dos doze milhões de euros. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, começou por referir que irão votar a favor, porque aquela medida irá favorecer os funchalenses. Contudo, referiu que no geral também existe a maior taxa de inflação alguma vista. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, pediu que lhe fosse explicado a razão do seguinte: a maior cobrança de impostos de sempre com os impostos indiretos a aumentarem dez milhões de euros, o aumento de um milhão de euros em taxas e multas, o aumento superior a um vírgula quatro milhões de euros nas faturas de água e taxas de resíduos sólidos e o aumento de 17,7% nas rendas cobradas aos concessionários. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que é preciso diferenciar o que é que é um imposto e o que é que é a receita do imposto. A taxa de imposto está a ser reduzida, porque o valor da taxa que é pago está a ser reduzido. Com dados concretos, a DERRAMA foi eliminada e estão a devolver IRS às famílias, logo a taxa está a ser reduzida.

Também o valor de angariação das receitas tem estado a aumentar, porque ao baixarem a taxa o valor de receita aumenta, pois há maior dinamismo, mais comércio, mais atividade e mais prédios a serem construídos. Deu como exemplo, as verbas de receita de IMT – Imposto Municipal sobre Transações, que é um imposto pago quando se efetua uma escritura ou uma transação imobiliária, duplicaram porque nunca se construiu tanto, nunca se aprovaram tantas licenças, nunca se aprovaram tantos projetos, nunca se venderam tantas casas, algumas delas até a serem transacionadas duas e três vezes. Logo, governar bem é reduzir os impostos, mas aumentar a receita em função daquilo que é produzido. --

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, disse que o Governo da República também reduziu nos impostos e nos escalões de IRS, ao passo que o Senhor Presidente da Câmara, enquanto Vice-presidente do Governo Regional, perdeu a oportunidade de pôr em prática a prerrogativa que existe às regiões autónomas, de poderem reduzir os impostos para os madeirenses, nomeadamente, o IVA e o IRS em 30%. Assim, concluiu, que se hoje existem aquelas medidas de devolução de impostos, nomeadamente aquela parcela do IMI a abater e a devolução dos 5% do IRS é, porque os anteriores executivos iniciaram aquele processo, porquanto o PSD esteve na Câmara nos anos anteriores, devolveram zero.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, expôs: “Esta minha intervenção tem a ver com o facto de estarmos a aprovar a devolução de 5% em sede de IRS, porque foi uma proposta que o PS fez nesta Assembleia e em sede das reuniões do Orçamento que foram efetuadas pelo executivo. E gostava de dizer que em 48 anos do PSD nesta Câmara, é a terceira vez que o PSD vai devolver aos municípios, ao passo que o PS em Coligação com outros partidos, em 8 anos devolveu IRS em 7, portanto, a diferença é bastante grande. -----

Já agora gostava de falar, a propósito destas audições, do direito da oposição e da

democracia, porque a democracia não é formal, a democracia é um organismo vivo e quando nós não respeitamos essa vida que os regimes democráticos têm, nós ajudamos os partidos populistas. Eu gostava de vos dizer que apesar de serem regimes com alguns defeitos, a democracia é sempre o melhor modelo de governação porque ela respeita a diversidade de opiniões, e tenta encontrar caminhos que conjuguem alguns princípios comuns a projetos diversos. Por isso, é que existe a Lei 24/98, de 26/05, que ajuda a que esse caminho seja trilhado. Por isso, é que estamos aqui, partidos diferentes, e nós, que não ganhamos as eleições, respeitamos quem ganhou e quem ganhou às vezes não respeita quem perdeu. -----

Eu gostava de dizer e citar o que vem no artigo 3º desse decreto: *os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.* Ora, isto não é só dar oportunidade, que se deem ideias que poderão ser ou não incluídas nos orçamentos ou noutros documentos, mas é importante igualmente explicar e dar conhecimento do que os executivos pretendem fazer, e as razões que os levam a essa tomada de decisão. Aliás, este esclarecimento é até uma forma de trazer as forças da oposição para o lado de quem está no executivo, explicando a bondade das suas opções. Desde que tomou posse, este executivo tem criado uma capa grande de opacidade, nunca clarificando no caso dos orçamentos, o que irá incluir na sua proposta de orçamento, recusando-se liminarmente a informar quais são as grandes linhas que pretende seguir no ano seguinte, e chegando mesmo a abandonar a reunião quando se solicita que expliquem algumas dessas linhas. Ou seja, para este executivo a democracia é uma farsa que se deve cumprir apenas formalmente, sem qualquer respeito pelo

eleitorado que votou noutras forças políticas. Isto é de tal forma, que até já contagiou várias Juntas de Freguesia, por exemplo, este ano aconteceu em duas, em São Martinho só reuniram com a oposição para apresentar o orçamento, depois de o terem aprovado em reunião de executivo e de o terem enviado para a Assembleia de Freguesia. Em São Roque nem sequer reuniram. Portanto, ficam aqui evidentes duas coisas, sabem copiar as atitudes demagógicas do executivo municipal, desconsideram a democracia e usam-na como um mero formalismo que nem sequer se sentem obrigados a cumprir. É o PSD. É o Funchal Sempre à Frente a deixar o Funchal com a democracia para trás sem pudor nem qualquer remorso."-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que naquela Assembleia a democracia sempre foi e será, enquanto ali estiver, uma pedra importante na sua conduta. -----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, defendeu que foi enviado um email a todos os deputados da oposição para se reunirem no dia dezasseis de novembro, uma vez que a Assembleia de Freguesia seria no dia vinte e nove, compareceram todos os partidos da oposição, menos o PS. Na Assembleia de Freguesia, quando foi levantada aquela questão, foi-lhes apresentado o referido email. -----

--- Dando continuidade às intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, que se dirigindo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, disse que o estatuto do direito da oposição prevê a audição dos partidos que não tendo assento no executivo, e que estando representado na Assembleia de Freguesia, devam se pronunciar. Logo, se enviou um email, no mínimo deveria de ter questionado o porquê de não ter obtido resposta, pois não fez a comunicação ao Partido, como a Lei exige, mas ao Vogal da Assembleia de

Freguesia. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** dirigindo-se à **Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes**, esclareceu que enquanto o anterior executivo devolveu em sete anos, doze milhões de euros de IRS, o atual executivo em três anos devolveu dezasseis milhões de euros e que contando com o próximo ano, dois mil e vinte e quatro, a devolução de IRS à população será de quase vinte e quatro milhões de euros. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, ficou estarrecido sobre o que disse a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, porque a mesma quando foi Vereadora pura e simplesmente não respondia a nada. Também foi Administradora da SocioHabitaFunchal, e era conhecida por ter conseguido emitir uma licença sabática para um Administrador de uma empresa municipal, sem nunca explicar como é que isso foi possível e mantê-lo a receber um salário, assumido pelo próprio, em casa. -----

Depois sobre a questão da devolução do IRS querem convencer os funchalenses que a devolução de IRS se deve, única e exclusivamente, ao Partido Socialista. Por isso, lembrou que o Senhor Dr. Paulo Cafôfo em dois mil e treze disse o seguinte: *fomos obrigados a apresentar uma proposta de DERRAMA a incidir essencialmente nas grandes empresas. Paulo Cafôfo referiu ainda que: a proposta foi apresentada pela vereação da Mudança para contornar os problemas causados pela deliberação da última Assembleia Municipal, que reduziu em 1% as previsões de receitas da Câmara em termos de devolução do IRS. E acrescentou: esta situação não estava nos planos desta vereação.* Logo, a opção histórica do Partido Socialista assim que chegou à Câmara, foi devolver 0% do IRS. Depois o então Senhor Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, confirma: *esta proposta de IRS, a tal apresentada na altura pela Mudança, é manter em 5% a participação do Município do Funchal no IRS.* E adicionou: *não por proposta do Partido Socialista, sendo histórico que foi o CDS a primeira força política naquela Assembleia a propor a devolução então de 1%*

de IRS, diz Paulo Cafôfo: *essa possibilidade corresponderia à perda ou impossibilidade de apoiarmos as pessoas*. Portanto, não só nunca quiseram devolver IRS, como ainda ameaçaram que se a devolução fosse adiante, seriam incapazes de apoiar as pessoas. Disse também, em reunião de Câmara, outra coisa sobre o aparecimento da DERRAMA: *isto não se pode ter por um lado a redução do IRS e depois não ter a DERRAMA*. Em conclusão disse: *no futuro vai ser difícil não aplicarmos a DERRAMA*. Todavia, o atual executivo demonstrou oito anos depois que não só é possível, como é perfeitamente exequível e é até desejável devolver o máximo do IRS e simultaneamente eliminar a DERRAMA. Depois em dezembro de dois mil e vinte, a Vereação aprovou em reunião de Câmara a devolução de IRS, mas à última da hora retirou a proposta e depois não comunicou absolutamente nada à Autoridade Tributária, o que impediu que os funchalenses recebessem três milhões de euros de IRS. Porém, ao perderem as eleições propuseram a devolução de IRS na totalidade e intitulam-se os supostos proprietários da devolução do IRS no Funchal, quando em oito anos devolveram doze milhões e meio de euros e o atual executivo em quatro anos, vai devolver quase o dobro, vinte e três milhões e meio de euros. E ao contrário do que disseram na campanha eleitoral, de que a Coligação Funchal Sempre à Frente iria acabar com os apoios sociais e iria aumentar os impostos, afinal, foram aumentados os apoios sociais, reduziram os impostos e, arriscando, disse que vão a caminho de mais uma vitória no ano de dois mil e vinte e cinco. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, rebateu que a questão da devolução do IRS é um assunto que incomoda o PSD, e tanto assim é, que em setembro chumbaram a proposta do PS da devolução dos 5%, e agora referiram declarações de Paulo Cafôfo, que foi o melhor Presidente de Câmara dos últimos trinta anos, e o pioneiro na devolução do IRS aos funchalenses. Logo, quando diz que roubaram o IRS aos funchalenses, deve de estar a se referir ao PSD quando chumbaram a devolução

apresentada em dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que o passado é passado, e que o mais importante é falar do presente e do futuro. Por isso, se existe capacidade financeira para baixar os impostos devem fazê-lo.-----

--- O Senhor Presidente colocou o **Ponto Quatro - Proposta de Deliberação do Pacote Fiscal 2024 – Participação no Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), ao abrigo do disposto nas als. b) e c) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo vinte e seis votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vice-presidente** para apresentar o **Ponto Cinco - Proposta de Orçamento – 2024 e Grandes Opções do Plano, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09**, que expôs: “É um facto e contra factos não há argumentos, que temos um Orçamento com a maior redução de carga fiscal alguma vez operada. Com a devolução total dos 5% aos munícipes, com a eliminação completa da DERRAMA desde que tomamos posse, e assim continuará, com a maior dedução dos benefícios fiscais. O IMI naquilo que é legalmente possível e com a manutenção do benefício fiscal de isenção de IMT e IMI para os jovens ou jovens casais, que adquiram habitação própria permanente no Município do Funchal. Para além disso, o maior apoio na área social de sempre, entre 2021 e 2024, aumentamos em 3,5 milhões de euros o apoio às famílias, na verdade foi um aumento de 146%. Aumentamos os apoios à educação em 3,5 milhões de euros com um aumento efetivo de 194%. Mas temos o maior Plano - PPI em 2024, em que se aumenta o investimento desta autarquia em mais de 60% face a 2021. A política de habitação, da valorização e da requalificação dos recursos humanos, da aposta do investimento sénior, no ambiente, nas

P
L6.
M

Infraestruturas, no aumento de dotações para as Juntas de Freguesia, no urbanismo, na componente fiscal é prova inequívoca de que este executivo está ao lado dos funchalenses e nos seus propósitos, não só de habitação como de sociedade e de integração no Funchal."-----

- **INSCRIÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Jéssica José Ferreira Faria, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, disse que todas as medidas tomadas por aquele executivo naquele Orçamento falam por si, são autoexplicativas e que o mesmo representa uma aposta clara nos jovens e na sua importância, e que acima de tudo fala da equidade intergeracional, tenta não onerar demasiado as gerações futuras que vão continuar a contribuir e a crescer com o País, porque os jovens são o futuro e que, se calhar, convém dar-lhes mais importância. Salientou também a medida, que considera de especial importância, de ajudar os jovens a reabilitar o passado, pois um jovem que decida reabilitar um imóvel no Município do Funchal tem uma isenção acrescida até oito anos. Por isso, como jovem, alertou para a importância de votar favoravelmente aquele Orçamento.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, ressaltou o grande investimento que tem sido feito por aquela Câmara no que diz respeito à mobilidade. Pois, já a partir do ano de dois mil e vinte e quatro existirá um investimento anual de dois vírgula cinco milhões de euros, alocados ao pagamento do passe social a estudantes dos doze aos vinte e três anos, sendo esta gratuidade extensível, também, a pessoas com mais de sessenta e cinco anos, garantindo daquela forma a efetivação de políticas sociais incidentes na juventude e também na longevidade. Por isso, é inequívoco que aquela Vereação continua a fazer um bom trabalho para que todos tenham uma cidade melhor e com mais e melhor mobilidade, seja para aqueles que nela vivem, seja para aqueles que ali decidam constituir família. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente, transmitiu que aquele Orçamento é o mais elevado da última década, com uma gestão liderada pelo Dr. Pedro Calado e por uma estabilidade política governada pelo governo camarário PSD/CDS, ao contrário do Partido Socialista que quando esteve naquela Casa, apresentou em dois mil e vinte, um Orçamento de cento e oito milhões de euros e em dois mil e vinte e um, um Orçamento de cento e quatro milhões de euros, o que originou a mais baixa taxa de execução orçamental, numa média de 34%, que em dois anos já foi ultrapassada. -----

Sobre os impostos diretos taxados na Câmara Municipal do Funchal, disse existir arrecadação de receita e devolução de 5% do IRS aos funchalenses, pois por via do investimento privado há mais emprego e as pessoas descontam esse IRS. -----

Em relação ao IMT, a Região Autónoma da Madeira em dois mil e vinte e três, vai terminar o ano com o maior número de transações do setor imobiliário, logo irá arrecadar mais receita fiscal de IMT, porque existe confiança, estabilidade, credibilidade e investimento privado. O que permite gerir a cidade do Funchal com mais investimento na execução das obras previstas por aquela Câmara, como: a ETAR do Lazareto, as águas residuais, as obras das Zonas Altas do Funchal, o prolongamento da Travessa do Lombo da Quinta, o alargamento da Travessa do Pico da Igreja, as novas acessibilidades à Entrada 87 do Caminho de São Roque e a construção de bolsas de estacionamento na cidade do Funchal. Para terminar diferenciou a gestão do Partido Socialista da gestão da Coligação Funchal Sempre à Frente na Empresa Municipal Frente MarFunchal: enquanto a gestão do Partido Socialista não pagou impostos, deixou de pagar o IVA, deixou de pagar salários e aumentou em 143% a rubrica com os custos com pessoal, a atual gestão da Coligação Funchal Sempre à Frente e com o trabalho árduo dos funcionários daquela Câmara, a quem pediu para ser dada uma grande salva de palmas, passados dois anos, aquela Empresa

Municipal, é autossustentável pelo que não necessita de qualquer subsídio à exploração por parte do Município.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que apesar daquele Orçamento ir de encontro a muitas pessoas e ser o maior orçamento municipal dos últimos doze anos, fica mais ou menos igual ao do ano de dois mil e treze porque não calcularam a inflação entre aquele ano e o ano atual, que foi de 13,38%. Contudo, na Área Social haverá um reforço de 167%, o que face a dois mil e vinte é um acréscimo de 146%. Nas Bolsas de Estudo há um acréscimo de 194% face a dois mil e vinte e um.-----

O passe social gratuito para estudantes entre os doze e os vinte e três anos e para os maiores de sessenta e cinco anos, é uma medida que o MPT já havia proposto e que foi rejeitada, por isso não entendem porque é que na altura não foi aprovada.-----

Sobre as consultas médicas direcionadas à população sénior com o apoio pediátrico às crianças. Perguntou qual é a clínica que será contratada para exercer aqueles serviços?--

Quanto às oitenta e uma câmaras de vigilância, no valor um vírgula sete milhões de euros, que irão ser colocadas e que contribuirão para reforçar a segurança das pessoas e bens da cidade. Questionou se está a ser cumprida a lei da proteção de dados? -----

Em relação à construção de cento e oitenta e sete novos fogos, dos quais trinta e três já arrancaram na Nazaré, reforçou que a construção dos cento e cinquenta e quatro fogos que faltam, deverá iniciar o mais rapidamente possível. -----

Sobre a estratégia de expropriação de imóveis em núcleos históricos, perguntou se agora vão invadir propriedades privadas, porque os preços não estão muito bons e não são compatíveis.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, expôs o seguinte: "O Orçamento municipal do Funchal para 2024 ascende a 141 milhões de euros, o maior de sempre e também aquele que mais impostos diretos cobra. Podemos ler na pág. 22 no

que diz respeito às receitas correntes, que as receitas desta natureza traduzem um aumento de 15,1 milhões de euros face à estimativa inicial do ano anterior, essencialmente pelo efeito das receitas fiscais, nomeadamente do acréscimo de 10,9 milhões de euros nos impostos diretos. Não se tente negar o que é evidente e que está plasmado no documento. Um Orçamento que, no entendimento do Partido Socialista, deixa muito a desejar, que fica muito aquém das preocupações e das necessidades dos funchalenses, nomeadamente no que respeita à habitação. O maior Orçamento de sempre não devido a qualquer opção estratégica do novo executivo, em que 34,3% das receitas é proveniente de impostos diretos, no ano em que também se verifica transferências do Orçamento de Estado para o Município de valores avultados, ainda assim este Orçamento consegue evidenciar, uma vez mais, um empolamento indevido nas receitas. A situação financeira muito sólida deixada pelo anterior executivo esbate-se a cada dia que passa, a dívida aumenta mensalmente, os investimentos são irrisórios, os fornecedores tornam a esperar meses a fio pelos seus pagamentos vendo os créditos por pagar. Nas políticas fiscais, nomeadamente no IMI, limitam-se a manter o que herdaram. O denominado IMI Familiar existe desde 2016, um aditamento, como aqui já foi dito, ao Código do IMI, que veio permitir que as Assembleias Municipais através de deliberação pudessem devolver parte deste imposto aos munícipes. O Funchal aplicou o IMI Familiar nesta altura, foi o primeiro Município do País a fazê-lo, hoje, graças ao governo do Partido Socialista, as parcelas a abater ao pagamento do IMI são superiores cifrando-se nos 30, 70 e 140 euros, como aqui já foi referido. Este aumento de 100% numa das parcelas decorre exatamente da entrada em vigor no mês passado de outubro, do Pacote Mais Habitação que foi aprovado pela Lei 56/2013, de 6 de outubro. Assim, os Municípios podem, por sua opção, devolver estes montantes às famílias e esta é uma medida que permite às famílias terem mais rendimentos que tanta falta fazem nesta altura. Ainda assim temos a esperança de o executivo conseguir cumprir com uma das suas

promessas de baixar a taxa do IMI além do permitido por Lei. Na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2023, o PSD e o CDS chumbaram a proposta do PS para a devolução aos funchalenses da totalidade dos 5% do IRS sobre os rendimentos de 2024, a que o Município tem direito, uma medida que teria efeitos práticos, e terá efeitos práticos agora, em 2025. Foi inexplicavelmente chumbada pelo PSD conforme agora se comprova, apesar dos alertas que aqui deixamos, tiveram essa oportunidade, mas a maldade foi maior. Congratulamo-nos agora com a inserção da devolução dos 5% em sede do Orçamento, mais vale tarde do que nunca, o executivo parece ter dado um puxão de orelhas aos (às) Senhores (as) Deputados (as) do PSD e do CDS. Os programas sociais que eram anteriormente veementemente criticados pelo PSD/CDS criados entre 2013 e 2019, são agora usados como bandeira no exercício de hipocrisia política e de falsidade perante os munícipes. Eram tão maus que os mantêm, aumentam as suas dotações, e bem, e ainda tentam passar a ideia, que foram V. Exas que os criaram. Um Orçamento que se caracteriza, como aqui é referido, pelos aumentos nos apoios sociais, no investimento público e da valorização de recursos. O forte aumento dos apoios sociais reflete o estado e a condição da nossa população maioritariamente pobre, com fracos rendimentos, com mais baixo poder de compra e em maior risco de pobreza. É um facto que desde que o PSD governa o Funchal a população está mais pobre e necessita cada vez mais de apoios. Um Orçamento que não se preocupa com o crescimento da pobreza e da subsidiodependência, da toxicodependência e dos problemas de saúde mental, com a segurança, com os graves problemas de trânsito e principalmente com o escândalo que é o acesso à habitação pela grande maioria da população. Este sim um verdadeiro problema que carece de soluções urgentes. Sugere-se neste documento nove vetores prioritários do executivo: social, habitação, estratégia fiscal, recursos humanos, ambiente, infraestruturas, descentralização administrativa, segurança pública, urbanismo, reabilitação urbana e fiscalização, políticas

económicas e investimento público. No social há um aumento no apoio às famílias de 23%, 5,6 milhões de euros, sendo que no total tem um valor orçamentado de 7,8 milhões de euros. Os apoios aos jovens e à sua fixação no concelho são manifestamente insuficientes. As políticas que querem implementar não têm significado do ponto de vista orçamental. Não posso deixar de fazer um elogio aos dois anteriores executivos que tiveram a capacidade de criar mecanismos regulamentares que perduram até aos dias de hoje, bons programas: Apoio à Natalidade, Programa PRESERVA, Subsídio Municipal ao Arrendamento, Comparticipação Municipal em Medicamentos, Manuais Escolares Gratuitos que, infelizmente, este executivo não os quis atribuir até ao secundário, Bolsa de Estudo, Programas Municipais de Ocupação em Contexto de Trabalho, vinha tudo dos anteriores executivos, mas ainda bem que reforçam os valores, ao menos isso, efetivamente o que está bem não se deve acabar. Relativamente aos transportes públicos gratuitos tivemos a oportunidade de discutir ainda este ano o assunto aqui em Assembleia Municipal, mais uma vez por proposta do PS e mais uma vez o PSD chumbou. Agora vêm dar razão e propõem no Orçamento transporte públicos gratuitos para os jovens até aos 23 anos e para os maiores de 65 anos. Curiosamente a mesma proposta que o Governo Regional está a apresentar em sede do Orçamento Regional para 2024, mas pelos vistos só a partir de julho, não sei se o atual executivo contou com isto, se tentam competir com o governo ou se na proposta do governo não contempla o Funchal, ou então se é mesmo falta de diálogo. Na Habitação falam em reabilitar, continuar a reabilitação do parque existente e novas habitações só com acordos com a república, IRHU verbas provenientes do Primeiro Direito e verbas do PRR. Não acolheram a proposta do PS de neste Orçamento constar uma verba de cerca de 5 milhões de euros para a construção de habitação municipal, com recurso a orçamento próprio. Pode ser que em sede de orçamento retificativo para o próximo ano, ainda possamos ver concretizado. E, portanto, é lamentável

P
L6.
[Handwritten signature]

que não reservem uma qualquer verba para a construção de habitação por iniciativa do Município, com recurso a este Orçamento. Nunca é demais lembrar que o executivo anterior mesmo com um Orçamento de quase 40 milhões de euros mais baixo que este, não o deixou de fazer, foi a única entidade da Região a construir habitação social na Madeira e isto diz muito dos governos que são governados pelo Partido Socialista, e dos governos que são governados pelo PSD. É mesmo muito pouco e só por isto já merece o voto contra do Partido Socialista, não perdoamos esta má política habitacional. Estamos a perder população, nomeadamente, jovem e vamos continuar a perder população nos próximos anos, se as políticas municipais continuarem a tomar este rumo, sem um único cêntimo do orçamento municipal para a construção de habitação. Vamos a reboque do PRR e do Governo da República e iniciativa própria, zero. Na estratégia fiscal, a falsa política de menor carga fiscal, só não taxam os lucros das grandes empresas, que seriam o suficiente para construir mais habitação, mas com um Orçamento de 140 milhões de euros nem precisam de o fazer porque em sede de IMT, IMI e IRS a receita fiscal aumentou 10 milhões de euros só para o próximo ano. Este aumento das receitas do Orçamento é proveniente de verbas relacionadas com os imóveis, pelo que faz todo o sentido canalizar parte destas verbas para a construção de habitação. Aqui também não podemos deixar de fazer uma referência à dívida a fornecedores, há mais de 6 milhões de euros de dívidas a fornecedores neste Orçamento municipal para 2024 e que este executivo, além de não pagar a dívida, assim como os executivos anteriores o tiveram de fazer, ainda estão a criar mais dívida e ainda assim continuam a não utilizar verba do orçamento para a construção de habitação, o que não se compreende. Nos recursos humanos as políticas são simplesmente inexistentes, a valorização das carreiras e remunerações é fruto de medidas do Governo da República e inclusivamente neste documento usam um tom quase acusatório, responsabilizando o Orçamento de Estado pela despesa de cerca de 3,1 milhões de euros

nestas políticas. Ficamos com a sensação de que se não fosse o Governo da República do PS e o Orçamento de Estado, estas valorizações nunca iriam existir por vossa vontade. Para Pedro Calado, o que interessa é despedir e despachar pessoas que não são seus seguidores, afastar aquelas que têm opinião e pensam pela sua cabeça e têm mais visão e capacidade que um executivo enviesado e toldado pela cor laranja, e depois contratam-se pessoas de preferência daquelas que se possam nomear e desnomear, têm sido bastante ativos nesta rubrica, até muitos dos dirigentes já não conseguem trabalhar com o executivo. No ambiente, não fosse este um tema demasiado sério, entre mudança de vereadores e de dirigentes, diríamos que a Câmara anda a brincar às apanhadas. Prioridades, onde é que elas andam? Para bem de todos os funchalenses esperemos que as coisas melhorem e tomem um rumo melhor. Nas infraestruturas esperávamos mais por tantas promessas que foram feitas e que não estão previstas neste Orçamento para 2024 e, portanto, que já não as vão cumprir. Na descentralização administrativa acabaram por dar razão ao Partido Socialista com um ano de atraso, era óbvio que as verbas tinham de ser aumentadas, não era preciso o processo de avaliação, mais uma vez atrasados no cumprimento daquelas que são as vossas atribuições. Na segurança pública até dizem que sempre foi uma referência, pois é, foi, já não é mais e sinceramente não é apenas com as câmaras de vídeo vigilância que se vai resolver o problema da segurança, parece mesmo que não conseguem pensar e ter ideias, é que isto já vinha de trás e não existe mais nada além das câmaras de vídeo vigilância previsto para a segurança pública. A segurança da cidade parece resumir-se à instalação destas câmaras. A situação particularmente delicada a que se assiste diariamente na cidade do Funchal com situações de violência e insegurança, requerem uma maior ambição e determinação na procura de soluções e de uma visão estratégica que vise dar resposta aos problemas que se sentem nas ruas do Funchal. Onde estão o seguimento psiquiátrico para dependências? A criação dos

P
26
M

programas de cuidados de orientação comunitária e da comunidade terapêutica de reinserção social, para consumidores de substâncias psicoativas? A criação da rede social e do centro de atendimento e de orientação para pessoas com dependências de substâncias aditivas, os núcleos de apoio à criança e aos jovens em risco? E, por último, o urbanismo e reabilitação urbana e fiscalização. Assistimos a procedimentos cada vez menos transparentes, informações mais escassas e grande morosidade. Estas são as prioridades deste executivo que como se percebe não passam de intenções, que ainda para mais, não são boas. Aguardamos ansiosamente pela revisão do PDM - Plano Diretor Municipal. A ver pelo REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, em discussão tudo indica que os fundamentos para rever o PDM, são mesmo muito fracos e só o vão fazer porque pretendem acabar com aquelas que foram as regras. Foi com os executivos anteriores que se criaram áreas de reabilitação urbana, mas não foi seguimento, nomeadamente, ignorando as operações de reabilitação urbana. Em resumo o PS não será mais uma vez conivente com o Orçamento e, portanto, só nos resta votar contra." ----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, sublinhou que como já é bem patente que as transações que existem no mercado imobiliário, onde às vezes o mesmo imóvel é transacionado mais do que uma vez no mesmo ano, para aquela bancada, o executivo camarário está de mão dada com a especulação imobiliária que persiste e que nada faz para a travar a nível da regulamentação que está ao seu dispor, protegendo uns em detrimento de outros, sendo que a maioria não fica protegida naquela situação. -----

Depois sobre o documento que em apreço, sublinhou: -----

- Inclusão de contratos de empréstimo utilizando recursos subtraídos em investimentos em curso. -----

- Simultaneamente o aumento total da dívida do Município em mais dois vírgula dois

milhões de euros.-----

- A não inscrição de qualquer verba para pagamentos dos anunciados acordos com a ARM

- Águas e Resíduos da Madeira. -----

- Utilização do valor para a reabilitação de prédios de cariz cultural, para assim afirmarem que estão a apoiar diretamente a cultura, quando muitas vezes se trata de uma reabilitação de espaços que servem posteriormente a cultura.-----

- A reserva de dois vírgula sete milhões de euros para seminários, estudos e consultadoria, onde se juntam quase meio milhão de euros para a publicidade. -----

Assim, por não concordarem com aquele Orçamento não irão votar a favor. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Énio Dionísio Vieira Martins, da CDU**, manifestou: “É um facto que este Orçamento é o maior dos últimos 12 anos, provavelmente também será um dos maiores Orçamentos apresentados pelo Município e, de facto olhando para o mesmo poderíamos chegar à conclusão de que estaríamos perante aquele que seria um Orçamento quase perfeito. É um Orçamento que dá ênfase ao apoio às famílias, aos apoios sociais, à atribuição de passes sociais quer a estudantes quer a munícipes com mais de 65 anos. É um Orçamento que também diversifica algumas fontes de investimento, inclui financiamento para áreas como os animais de companhia, a sustentabilidade e o meio ambiente, o saneamento básico e projeta também intervir na rede viária. Algumas propostas na área da habitação e da reabilitação, dá continuidade à descentralização administrativa, preocupa-se com a valorização dos trabalhadores e considera medidas para beneficiar famílias e o tecido económico empresarial. Em suma, perante estes dados é a tal questão que estaríamos perante um Orçamento quase perfeito, no entanto, achamos que poderia a Câmara Municipal do Funchal ir mais longe. Num período que é considerado de crise, é apresentado um acréscimo das receitas quer nos impostos diretos, quer nas taxas e multas, quer na fatura da água e resíduos sólidos. A Câmara também dispõe da capacidade de

16.
OM

endividamento na ordem dos 40 milhões de euros e é aqui precisamente o que nos separa em relação a este Orçamento. Sendo certo que estão projetados investimentos para a área da habitação, do saneamento básico e das acessibilidades, no entanto é manifestamente insuficiente estas propostas de investimento, nomeadamente na habitação do concelho, que é muito deficitário, e até a própria reabilitação urbana podia conhecer um incremento maior, tendo em conta a estratégia de fixação de casais jovens e a dinamização de algumas das áreas desertificadas. De facto, considerando que existe passos positivos neste Orçamento, algumas preocupações sociais e alguma estratégia em diversificar a abrangência dos investimentos, consideramos que haveria condições para ir mais além." -

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, proferiu: "A intervenção da Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, merece algum contraditório a começar pela, como disse, situação sólida que este executivo herdou. Eu vou recordar o que é a situação sólida. A situação sólida é uma Empresa Municipal com as contas penhoradas, impossibilitada de pagar salários aos seus funcionários, com a vertigem da insolvência bem presente, no limite para a dissolução. Foi esta a situação sólida que os Senhores deixaram. Dívida oculta de mais de 36 milhões de euros à ARM. Mas não satisfeitos com esta situação sólida, ainda teve o desprate de gabar-se das medidas do Orçamento de Estado para 2024. E eu sinto-me na obrigação de mais uma vez esclarecer todas as grandes vantagens do Orçamento de Estado para 2024. O Orçamento de Estado para 2024, que por um lado aumenta as pensões dos mais idosos em pouco mais que 10 euros, e simultaneamente lhes retira 25 euros por ano no IUC – Imposto Único de Circulação, vá lá que o Partido Socialista como partido autossuficiente que é, cria os problemas arranja solução e ainda se gaba de os ter resolvido. Mas esqueceu-se de referir que do Orçamento de Estado para 2024, resulta um aumento de cerca de 300 mil euros na receita da Câmara Municipal do Funchal, mas ao mesmo tempo

as medidas que resultam desse Orçamento implicam o aumento da despesa de 3 milhões e 400 mil euros. Lá está o Partido Socialista a resolver problemas com o dinheiro dos outros, porque é isso que se trata, aumentar a receita em 300 mil euros e simultaneamente arranjar despesa superior a 3 milhões de euros, só mesmo o Partido Socialista para conseguir essa façanha. Mas julguei eu que a Senhora Deputada se cansaria com esta temática do orçamento de estado, eis se não que se lembrou da habitação, porque gabar-se que foi o Partido Socialista o grande promotor de habitação social na Madeira, está efetivamente reservado para os grandes socialistas desta Região. Eu recordo a esta Assembleia que estes Senhores estiveram cá à frente dos destinos do Funchal durante 8 anos, e durante 8 anos construíram 66 fogos, vir-se gabar de ser o promotor da habitação social no Funchal com este triste número, Senhora Deputada, diz mais sobre a governação do Partido Socialista aqui na nossa cidade do que efetivamente esta bancada alguma vez poderia almejar conseguir fazer." -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, sobre as Grandes Opções do Plano, destacou:-----

- Apoios sociais, cinco vírgula nove milhões de euros para além a dos apoios de educação na ordem dos cinco vírgula três milhões de euros. A nível do Subsídio Municipal ao Arrendamento existe um aumento de 28%, e estão previstos dois milhões de euros para o ano de dois mil e vinte e quatro.-----

- Para a inovadora estratégia municipal para pessoas em situação de sem-abrigo, estão previstos para o ano de dois mil e vinte e quatro, quatrocentos e cinquenta mil euros num montante global de um vírgula quatro milhões de euros em dois mil e vinte e cinco. É uma estratégia que faz parte de apoios comunitários, para apoio a toxicod dependentes e comportamentos aditivos.-----

- A nível da habitação estão contemplados trezentos e cinquenta e cinco fogos, num

montante global de vinte e oito milhões de euros, desse cento e oitenta e sete serão construídos através do Primeiro Direito e cento e sessenta e oito através do PRR a custos controlados.-----

- Nos recursos humanos existem mil setecentos e seis recursos. Aqui aproveitou para salientar uma escola com vinte e quatro novos Bombeiros e, também, um plano de formação tendo em conta a valorização do trabalho que aqueles têm arduamente, não só do ponto de vista do seu normal funcionamento, mas também por novas situações sobretudo a nível de alterações climáticas que possam vir a surgir.-----

- Sobre o investimento do ponto de vista ambiental, destacou a ETAR do Funchal no valor de quinze milhões de euros e a nível das águas residuais quatro milhões de euros, assim como uma inovação de telegestão e do controlo de fugas de água.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Cinco - Proposta de Orçamento – 2024 e Grandes Opções do Plano, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09**, sendo aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda catorze votos contra, sendo oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e uma abstenção da CDU.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou: “Não votamos a favor do Orçamento para 2024, por não se refletirem políticas defendidas pelo PS, nomeadamente, terem sido deixadas de fora propostas como as da construção de habitação com recurso a orçamento próprio, além de questões como os manuais escolares que teimosamente não são estendidos até ao secundário. Também porque a dívida do Município continua a subir, cifra-se em quarente e oito milhões de euros, e só a dívida a fornecedores existe um valor de seis milhões de euros. A falta de transparência está mais

uma vez presenta nas responsabilidades contingentes, mencionado apenas o número do processo e o tipo de ação o que, pelos vistos, interessa ocultar aquilo que são os valores."

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que votaram contra, porque já tinham apresentado uma proposta sobre os passes sociais gratuitos que foi chumbada. E também porque não estão satisfeitos com o Plano da Praia Formosa a nível dos jardins e que a implementação do parque de estacionamento, deve de ser a favor da Câmara Municipal do Funchal, para salvaguardar o tarifário que será praticado. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação do Mapa de Pessoal para o Ano de 2024, ao abrigo do disposto do nº 4 do art.º 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da al. o) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu de o apresentar. -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira de Oliveira do PS**, começou por dizer que assim que o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Calado, começou a exercer funções despediu pessoas da Frente MarFunchal de forma vingativa. Contudo, contratou assessores em magote, aumentou as chefias e pretendem criar mais três diretores municipais a ganhar quase tanto como o Presidente da Câmara, aumenta a dívida e o trabalho não aparece feito. -----

Depois perguntou:-----

- Onde está o planeamento da cidade? -----

- Onde está o urbanismo? -----

- Onde está a mobilidade? -----

- Onde está a resolução do trânsito? -----

R
L6.
JM

- Onde está o estacionamento para mil e quinhentos lugares na Praça do Município?-----
- Onde está a descida do IMI prometido em campanha eleitoral? -----
- Onde está a visão para a cidade? -----
- No site da Câmara Municipal do Funchal só se encontra o balanço social de dois mil e vinte. Onde se pode consultar os balanços dos anos seguintes sobre os recursos humanos.
- Qual é o tempo médio de resposta aos trabalhadores que solicitam informações sobre os recursos humanos?-----

--- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação do Mapa de Pessoal para o Ano de 2024, ao abrigo do disposto do nº 4 do art.º 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da al. o) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por maioria** com vinte e nove votos a favor, sendo vinte e seis votos da Coligação Funchal Sempre à Frente e três votos do BE. Mereceu ainda doze abstenções sendo oito do PS, uma do PAN, uma do PDR, uma do MPT e uma da CDU. -----

- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, declarou que quem tem de fazer contratação e colmatar as faltas é o executivo, por isso não vão ter opinião, pois os funchalenses de futuro é que irão avaliar essa decisão. Por isso abstiveram-se. ---

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, declarou que se abstiveram porque mais uma vez o Senhor Presidente da Câmara, não prestou esclarecimentos ao que foi ali formulado pelo Senhor Deputado Municipal José Gabriel Oliveira. Como tal, lamentaram que, mais uma vez, as questões da democracia estejam ali evidentes. -----

- INTERPELAÇÃO À MESA:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, disse que

atendendo à hora e ao ponto seguinte que será objeto de discussão, na sua opinião, deveriam interromper os trabalhos para o almoço. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** por julgar imprevisível o tempo de duração da abordagem de um ponto, colocou à consideração da Assembleia a opinião da Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano. -----

Por ser da vontade da maioria a continuação dos trabalhos, passou para o **Ponto Sete - Proposta de Deliberação de Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. k) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que não foi apresentado. -----

- INSCRIÇÕES: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque**, apresentou o seguinte: "Este Contrato também foi um exercício de democracia, foram tratadas de igual modo todas as Juntas de Freguesia. Não foram discriminadas, como já se ouviu dizer no passado, nenhuma Junta de Freguesia, todos foram ouvidos, todos deram a sua palavra, todos contribuíram para que tenhamos um bom Contrato. Porque, sim, este é um bom Contrato. -----

Uma segunda nota para relembrar a todos, que anterior a 2022 nós recebíamos nas Juntas de Freguesia um montante de 1,7 milhões de euros, em 2023 nós recebemos 2 milhões e 200 mil euros, mais 30%, o que correspondeu a mais 513 mil euros. Para 2024 temos 2 milhões e 700 mil euros, mais 23% que corresponde a mais 500 mil euros. Portanto, nestes últimos dois anos foram transferidos para as Juntas mais 1 milhão de euros que corresponde sensivelmente a mais 60%. É verdade que as Juntas vão ter mais poderes e mais trabalho, mas de alguma forma vem de encontro àquilo que nós sempre defendemos, descentralizar para as Juntas para nós podermos exercer todos os poderes de proximidade



e resolver algumas situações desde a manutenção dos jardins à limpeza dos arruamentos, dada a nossa proximidade com os fregueses. -----

Gostava, no entanto, de dar uma pequena nota em relação a uma comparação daquilo que a Câmara Municipal do Funchal vai transferir no ano 2024 para as Juntas, no montante de 2,7 milhões de euros como atrás referi, e o Estado vai transferir em 2024, 1 milhão e 700 mil euros, este valor meramente insuficiente, apesar de na Lei nº 75/2013, estar definido o conjunto de competências próprias das Juntas de Freguesia, os Orçamentos de Estado nunca acompanharam esta Lei, o qual nós somos gravemente prejudicados. Isto, meus Senhores, que tiveram o poder na Assembleia da República desde 2015, já podiam de ter feito muito mais por isto e não é por acaso que a própria ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, deu parecer negativo ao Orçamento de Estado.-----

Para terminar, penso que após a aprovação deste Contrato, as Juntas de Freguesia só podem estar satisfeitas ao saberem que têm uma Câmara Municipal, um parceiro de excelência para servir os munícipes, aqueles que são a razão da nossa existência." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, disse que depois de ouvir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, acredita que todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia estejam a favor do que ali é apresentado.-----

Porém, o MPT considera que as Juntas de Freguesia deveriam de ter mais competências, dando-lhes, também, os valores e os meios possíveis para tal, pois o aumento no valor de quatrocentos e oitenta e um mil euros para todas as Juntas de Freguesia não é o suficiente para a necessidade dos fregueses. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, começou por expor que as Juntas de Freguesia têm um papel de proximidade absolutamente extraordinário, a população reconhece-as como elementos responsáveis a quem podem bater à porta e que, embora com muitas dificuldades, fazem um trabalho de

louvar. -----

Contudo, alertou para o facto de nos Contratos de algumas Freguesias, aquelas poderem recusar algumas competências, porque, por exemplo, apesar de lograrem recorrer aos ajustes diretos, mesmo com consultas de três orçamentos, não têm funcionários para executarem pequenas obras. Por isso, julga que aquela questão deveria de ser observada. Uma outra coisa que considerou notório, é o reforço dos apoios sociais, o que só refere e só revela o facto das opções estratégicas do Governo Regional, no que diz respeito ao combate à pobreza, estar nitidamente e insistentemente a falhar. Logo, lembrou que isso é intencional e que é um reforço no existencialismo, na subserviência e no favorzinho para depois se ganharem votos na altura das eleições. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, da Coligação Funchal Sempre à Frente, sobre o que foi dito da não existência de critérios ou que são amigos e da opacidade relativamente aos apoios sociais, informou aquela Assembleia que quando o executivo Funchal Sempre à Frente chegou e tomou posse para a Junta de Freguesia de São Gonçalo, tinha um regulamento *copy paste* do regulamento que existia na Junta de Freguesia de São Martinho, em que não identificava absolutamente nada e referia que o valor a atribuir, era um valor em consonância com uma reunião do executivo. Portanto, eram os membros do executivo que definiam e decidiam o que dar e a quem dar, assim como, era importante que a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes soubesse, que nas reuniões relativamente ao Direito de Oposição, o Partido Socialista daquela Freguesia foi convidado e compareceu, mas não fez uma única proposta, não deu um único contributo sobre aqueles Contratos Interadministrativos e na altura da votação, dos cinco vogais eleitos do PS, um deles votou a favor da proposta apresentada pela Coligação Funchal Sempre à Frente, enquanto os outros quatro vogais votaram contra sem dar uma única explicação,

10
L6.
Qm

dizendo depois, na surdina, que tinham que cumprir disciplina partidária.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS,** a propósito daquela intervenção clarificou que quando falou em opacidade no caso dos apoios, foi relativamente ao Cartão que figura no Relatório de Atividades, e que efetivamente não existem critérios, como explanou o Senhor Presidente da Câmara, mas que convinha que houvesse transparência.-----

Quando falou nos Contratos Interadministrativos e nos Apoios Sociais, não disse que existia ausência de critérios, mas sim que as verbas para os mesmos, no momento, estão a aumentar exponencialmente e continuam a apostar sempre em medidas existencialistas, porque aquelas permitem a subserviência, a troca do apoio pelo voto e que o socialismo não aposta nisso.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS,** referiu: "Este ponto é de extrema importância atendendo ao papel que os Municípios representam junto da população. Municípios que têm as suas competências e atribuições próprias e falamos de tanto da parte das Câmaras Municipais, como das Juntas de Freguesia. E efetivamente aquilo que se tem verificado é que quem está mais próximo das populações, as Juntas de Freguesia, conseguem desempenhar com maior eficiência, com maior proximidade e com maior sucesso aquelas que são as preocupações das populações. Este processo de Transferência de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia e os Contratos, que foi também iniciado no executivo anterior, não são novas transferências, assim como aquelas competências, que já são atribuídas por Lei, carecem depois da transferência de recursos humanos, técnicos e financeiros. Vejo também que, exatamente, no caso da Junta de Freguesia da Sé houve uma diminuição dos valores, porque a mesma considerou não ter meios humanos e técnicos suficientes para fazer face a algumas das competências que seriam naturalmente transferidas para esta Freguesia, e lamento que não tenha sido

encontrada uma solução que pudesse colmatar esta insuficiência, para que aquela exercesse essas competências com maior proximidade. Verificamos que algumas Freguesias com orçamentos mais elevados, não quiseram, também, assumir algumas competências que a Câmara até pretendia transferir, eventualmente, porque depois os orçamentos das Juntas de Freguesia ultrapassando determinados montantes, nomeadamente 1 milhão de euros, obriga a ter Revisores Oficiais de Contas e obriga a regras do ponto de vista de contabilidade mais exigentes. Lamentamos que isso não tenha acontecido, porque pelas questões que já aqui referi e burocráticas, as Juntas de Freguesia têm essa maior capacidade e essa maior celeridade, naquelas que são o exercício dessas competências. Também, como já disse há pouco, constatamos que este aumento de verbas poderia ter já acontecido antes, porque sempre defendemos que as Juntas de Freguesia pudessem exercer mais competências do que aquelas que são originariamente atribuídas. Portanto, vamos votar a favor destes Contratos Interadministrativos, dessas Delegações de Competências, mas lamentamos que não tenham ido mais além e que as Juntas de Freguesia, quer por impossibilidades que foram referidas, quer porque provavelmente temem algum tipo de regras contabilísticas que lhe possam ser aplicadas, não tenham querido exercer mais competências e não tenham ido mais além daquilo que está plasmado nesses Contratos que hoje vamos votar.” -----

--- **O Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** começou citando o que a Senhora Deputada Andreia Caetano acabou de referir, *lamento que não tivesse sido aumentado mais cedo os valores para as Juntas de Freguesia*, porque, também, lamentou profundamente que os 60%, um milhão de euros, que agora foi aumentado, não tivesse acontecido mais cedo, no anterior executivo principalmente em dois mil e dezoito em que o aumento foi praticamente zero. Onde o processo de Descentralização Administrativo foi indeficiente e onde houve Juntas de Freguesia que nunca assinaram esse mesmo Acordo

16.
[Handwritten signature]

Interadministrativo, porque foi feita uma imposição por parte dessa Câmara naquilo que deveriam de fazer. Atualmente, como ali já foi dito, de uma forma igual e sem discriminação em nenhuma das Juntas de Freguesia, os critérios que subjazem à execução daquele Contrato, são matemáticos, facilmente perceptíveis por qualquer um. Mas para além destes um milhão de euros, referiu mais alguns pontos que não estão ali transmitidos. Tais como, o aumento, como disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, das competências, alargando a área que é gerida pelas Juntas de Freguesia, dando como exemplo, os jardins de quarenta e um mil m² passaram para quarenta e cinco mil m² e, acima de tudo, a área em termos de limpeza urbana, que no passado eram só veredas e becos. Por isso, o aumento que têm em quase quinhentos mil euros, é na sua grande maioria em relação ao aumento da competência das Juntas de Freguesia naquele processo, o que significa que as tratam de igual para igual e não de uma forma desvalorizada, apoucada, e acreditando nos recursos que existem, nos autarcas de Freguesia. Logo, confiam nas Juntas, sabem que aquelas podem executar mais e é nesse sentido que passam aquelas competências para as mesmas. Por último, lembrou que, no momento há a possibilidade de efetuar pagamentos, para além do da água, que já existia noutras vereações sociais-democratas, de toda e qualquer taxa municipal, do cemitério e da publicidade em qualquer uma das seis Juntas de Freguesia que não são do centro da cidade do Funchal. Como tal, aquele é um passo cada vez maior para as Juntas de Freguesia exercerem competências, e de se transformarem cada vez mais em pequenas Lojas dos Municípios. Logo, é um acreditar num processo que vão continuar nos próximos tempos a aprofundar ainda mais. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, disse que, depois da intervenção do Senhor Vereador Bruno Pereira, só lhe resta dizer que lamenta que aquele executivo não apresente os pontos da ordem de trabalhos,

esclarecendo os munícipes sobre a sua visão para cada um dos assuntos. Lamentou, também, que o Senhor Vereador tenha colocado no seu discurso e na sua intervenção, palavras e conceitos que não foram ditos na intervenção da Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano e lamentou, ainda, que a democracia para aquele executivo não valha nada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Júlio de Carvalho Gomes Curado, do PS,** proferiu que obviamente os Contratos Intermunicipais são ótimos para as Freguesias, são bons para a Câmara, mas que acima de tudo são muito bons para os munícipes que têm governação de proximidade ao seu dispor, por isso, irão votar a favor daqueles Contratos, como já o fizeram em boa parte das Juntas de Freguesia onde eles foram debatidos. Por exemplo, o da Junta de Freguesia da Sé foi um dos que votaram a favor, apesar de lamentar ter havido a necessidade de a mesma devolver verba, e de não poder prestar melhor serviço de proximidade aos fregueses, porque têm que cumprir com as regras de contratação pública. -----

--- Colocado à votação o **Ponto Sete - Proposta de Deliberação de Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. k) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09,** foi **aprovado por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo vinte e seis votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.

--- Por esta ocasião foi feito um intervalo para o almoço, retomando os trabalhos às catorze horas e quarenta e dois minutos, com a apresentação do **Ponto Oito Deliberação do Regulamento do Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho (PMFOCT), ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09,** pela **Senhora Vice-presidente da Câmara** que proferiu: "Temos aqui uma



alteração ao Regulamento do Programa Ocupacional de Formação da Câmara Municipal do Funchal, que foi precedido de uma consulta pública por 30 dias e apresentamos agora uma alteração, porque não podemos permitir que uma situação de estagiários que estão o dia inteiro na Câmara até 12 meses, estejam a ter um rendimento inferior a 500 euros. Na verdade, têm horário preenchido com programa de formação que nós executivo estamos a definir as áreas concretas onde devem passar, mas que queremos que auferam o equivalente a uma remuneração mínima mensal. Por isso, enquanto hoje estão o dia em formação e recebem 480 euros, a partir de 1 de janeiro de 2024 quem estiver a fazer formação irá auferir 820 euros por mês. Esta é a qualificação que se faz nas pessoas que estão aqui em formação. Estamos preocupados com o desemprego estrutural, em que aquele desemprego de 6% que existe, é um desemprego com poucas qualificações, então porque queremos dar condições para que possam singrar no mercado de trabalho, vamos permitir que pessoas que não tenham as habilitações mínimas obrigatórias, possam estar a fazer programas de formação, desde que autorizem inserir como disponibilidade para o trabalho no fórum online de emprego da Câmara. Esta é a nossa proposta, exatamente para formar, não ter qualquer expectativa de contratação, claro que podem concorrer aos concursos que a Câmara abre, mas por exemplo, quem não tem escolaridade mínima obrigatória, legalmente não pode candidatar-se aos concursos. Interessa sim, potenciar que este desemprego estrutural tenha uma forma de enquadramento no mercado ativo de trabalho, e é isso que nos propomos fazer com condições mínimas e aceitáveis para cada mês de formação.” -----

- INSCRIÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS,** disse: “Relativamente a este ponto, foi criado em 2014 pelo executivo de Paulo Cafôfo e votado contra pela oposição. Se calhar, o atual executivo da Câmara Municipal do Funchal

reconheceu a mais-valia do projeto, e resolveu fazer *copy paste* para trazê-lo a esta Assembleia como se fosse ideia sua. Na minha opinião não seria necessário, podia simplesmente atualizá-lo e ter a humildade de reconhecer que a ideia já tinha patrono, aliás, já nada me admira vindo do atual executivo que passa o tempo a dizer mal do anterior executivo, mas esqueceu propositadamente que esse executivo governou em tempo de vacas magras enfrentando pelo meio uma Pandemia, e ainda teve de pagar uma dívida de mais de 100 milhões de euros deixada pelo executivo do PSD. Se a Câmara anterior não devolveu mais valores dos impostos, foi porque os deputados do PSD e CDS votaram contra as nossas propostas nesta Assembleia. Agora, falam de boca cheia, porque estamos em tempo de vacas gordas, com o aumento do Orçamento de Estado, com mais 10 milhões de euros do Orçamento Regional e ainda com verbas do PRR." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, transmitiu que irão aprovar aquele Programa porque é bom, traz melhorias, abre horizontes às pessoas que não têm as qualificações para se candidatarem, mas gostariam que no mesmo, por exemplo, de dez pessoas que nele estiveram inseridas, duas ficassem a trabalhar na Câmara.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, comunicou: "O Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho em boa hora foi criado em 2014, pelo executivo de Paulo Cafôfo como já aqui foi referido, e foi um programa que visou essencialmente as pessoas desempregadas no concelho do Funchal. Pessoas que se encontrassem desempregadas há algum tem, pessoas desempregadas mais recentemente, pessoas com formação e pessoas sem formação. Um Programa que ao longo dos anos deu oportunidade a muitas pessoas de efetuarem estágios, frequentarem esses programas, poderem estar inseridos num contexto de trabalho ganhando conhecimentos e experiência, que possibilitassem e que lhes colocassem melhores

condições de no futuro integrarem o mercado de trabalho, foi essa a lógica da criação do Programa que se mantém. Não é correto nós falarmos em remuneração, porque remuneração é uma contrapartida do trabalho efetuado, e estes Programas de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho, não são programas de emprego, são programas que acolhem pessoas desempregadas e que na ótica do desempregado lhes confere maior capacitação para virem a integrar o mercado de trabalho. Daí, no regulamento desde o início, falar em bolsa mensal, porque o pagamento que é atribuído às pessoas que frequentam estes programas é uma bolsa, e o facto dos valores existirem repartidos em duas fases, no momento em que frequentam o programa de formação um valor que é atribuído mensalmente, e com a conclusão do programa e também de forma a poder inserir e melhor poder ter um emprego, era lhes atribuído um valor final em função das suas qualificações. O atual executivo alterou e acaba por atribuir um valor que é igual para todos e que deixa de ter a compensação final, mas se fizéssemos as contas em algumas situações, seria esse o valor que repartido pelo número de meses de frequência do programa iria receber. Portanto, devemos de ter sempre o cuidado de não falar em retribuições, em remunerações, em rendimento, em salário, porque não é essa a filosofia destes programas de formação.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Énio Dionísio Vieira Martins, da CDU,** disse que consideram importantes as alterações que foram introduzidas, se bem que também consideram que a cada posto de trabalho criado, deve de corresponder a um posto de trabalho efetivo. -----

Depois perguntou porque alteraram a duração do programa de dezoito meses para doze meses?-----

E em relação aos vinte dias de férias, porque não os vinte e dois dias que estão considerados no Código do trabalho?-----

--- **A Senhora Vice-presidente da Câmara** esclareceu que o número de dias de descanso são os vinte dias, exatamente porque é um programa de formação e não de emprego. Em relação ao período de doze meses, os mesmos podem ser prorrogados por mais doze que dá a totalidade de vinte e quatro meses.-----

Sobre o aumento de quatrocentos e oitenta euros para oitocentos e vinte euros, de facto não querem fazer ali qualquer prémio para manter o posto de trabalho, porque querem acautelar ofertas de emprego que por vezes surgem. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, informou: “Este Regulamento do Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho, tem como principais objetivos melhorar as condições, para serem mais dignas, da bolsa mensal estipulada aos trabalhadores. Isto permite um acréscimo do montante que estava inicialmente, para um valor de 820 euros, no total têm um valor que valoriza o seu trabalho, dando melhores condições salariais e permite, também, incentivar os jovens desempregados ou pessoas que tenham alguma formação, poder se integrar em contexto de ocupação, fomentando para além disso a sua aprendizagem neste contexto. Tem também como objetivos melhorar, ou fazer com que possuam condições de terem formação em diferentes áreas de atuação, pode ser aplicado no Município do Funchal, como em IPSS's das Juntas de Freguesia, permitindo uma vasta gama de opções, também, de ocupação de trabalho para estas pessoas que possam aderir a este programa. Neste sentido, este programa inicialmente tem a duração de 12 meses que pode ser prorrogado por mais 12, e neste contexto existem o enquadramento dos 10 dias úteis de descanso que também podem ser usufruídos na prorrogação de mais 12 meses, se os houver. A nível de horas também foi alterado, num total de 34 horas semanais de trabalho, o que permite também a sua valorização e também fomenta, relativamente às pessoas que estejam aqui envolvidas, puderem usufruir deste programa que depois lhes



dá a possibilidade de uma integração, relativamente à sua inscrição na plataforma, que existe online, onde possibilita canalizar maior abertura a nível de fontes onde possam vir a ser incluídos, e também empresas que possam vir a serem contratados. Portanto, é sem dúvida vantajoso, e, para além disso, também existe um aumento de 94% do valor estipulado para este programa, desde 2021 até 2024, num valor de 900 mil euros, o que permite sem dúvida abranger mais pessoas que possam se inscrever e ter esta aprendizagem e experiência.”-----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, perguntou à Senhora Deputada Municipal Fabíola Pereira, como é que as IPSS's e outras empresas privadas podem adequar quele programa da Câmara Municipal do Funchal?-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, esclareceu que aquele é um Programa de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho que tem um alargamento de aplicação, o que permite tanto as Juntas de Freguesia, como as IPSS's e como as associações sem fins lucrativos, usufruam daquele programa municipal e possam ter a inscrição de trabalhadores para prestar trabalho naquele enquadramento.-----

- INTERVENÇÃO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, proferiu: “Relativamente a este Programa o BE desde a primeira hora que o mesmo foi lançado, teve muitas reservas, que manifestou na altura, e mantemos essa reserva. Ainda que considero que o valor a atribuir, agora sim, seja um valor mais ajustado àquilo que é a realidade concreta deste Programa, porque, na nossa ótica, sempre foi uma ocupação num local de trabalho. Por isso, elogio este executivo por esta atualização de valor, como nunca devia de ter deixado de ser. Pois na prática o que está em causa não são pessoas

desempregadas que vêm ter uma formação em diferentes áreas de atuação profissional, são pessoas que desempenham funções específicas necessárias à autarquia."-----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, perguntou ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes o que é que fizeram para impedir que aquele Programa continuasse, quando fizeram parte da anterior Vereação que liderou aquele Câmara? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, respondeu que numa Coligação, que é uma união de esforços em prol de algo, quando, naturalmente, se concorde menos com algumas questões é aceite a democracia da maioria.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, depois de ouvir a explicação da Senhora Deputada Municipal Fabíola Pereira, disse ter ficado esclarecido de que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, também têm acesso ao Programa, permitindo-lhes, assim, ter mais funcionários.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, referiu que a génese daqueles Programas de Formação em Contexto de Trabalho, é exatamente para permitir a formação de pessoas desempregadas ajudando-as à inserção no mercado de trabalho. O que os mesmos não podem, nem nunca puderam servir, é para colmatar necessidades permanentes da autarquia, porque aí estariam a fomentar a precariedade laboral, o que não é o pretendido com a criação daquele programa. Por isso, esperam que com as alterações que foram introduzidas, não seja essa a intenção daquele executivo. ---

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques e ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes, disse reconhecer uma grande diferença, porque o Deputado Egídio Fernandes mantém a coerência ao contrário do Deputado João Paulo Marques, que

parece se ter esquecido que votou contra quando o Programa foi ali trazido em dois mil e catorze.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Oito - Deliberação do Regulamento do Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho (PMFOCT), ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, sendo aprovado por maioria** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. Mereceu ainda quatro abstenções sendo três do BE e uma da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Luís Miguel Moura de Sousa e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal **José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS**, declarou que uma vez que o executivo não contestou as suas afirmações, parte do princípio de que as mesmas estavam certas.-----

--- A Senhora Deputada Municipal **Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, declarou que o Partido Socialista votou favoravelmente aquele Programa, porque o considera útil na área da formação e da recuperação do contexto de trabalho, e congratula-se por o PSD votar favoravelmente o mesmo, pois reconhece o valor e a importância de um programa que foi criado em dois mil e catorze, apesar de na altura ter votado contra. Terminou citando Fernando Pessoa, *primeiro estranha-se, depois entranha-se.* -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Nove - Deliberação do instrumento estratégico denominado Estratégia Alimentar do Funchal 2024-2028 – SEMEAR, ao abrigo do disposto na al.**

h) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, que dispensou a sua apresentação.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Alexandrina Liliana Marinho Alves, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, fez a seguinte intervenção: “Considerando que o Município do Funchal enquanto Cidade Educadora tem apostado na construção de um território, onde a sua população vive uma vida digna, a alimentação em todas as suas vertentes desempenha um papel fundamental na prossecução deste objetivo, constituindo um direito humano e cabendo às cidades, aos governos, mas também à sociedade civil pugnar por este. A concretização do direito à alimentação é poliédrica ou multifacetada, atendendo a que as suas dimensões, todas fundamentais, são múltiplas e distintas. Na sequência do considerando anterior, refletir sobre a alimentação é falar de educação, inclusão, sustentabilidade e saúde, produção e comercialização e de um sistema integrado que garante a materialização destas dimensões. Subscritor do pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, doravante Pacto de Milão, o Município do Funchal assumiu o desafio de definir uma estratégia alimentar que potencie o acesso permanente e fiável à alimentação adequada, segura, local, diversificada, justa, saudável, nutritiva e rica a todos e todas, conforme é sustentado naquele acordo internacional, criando estratégias que minimizem os constrangimentos que possam surgir, nomeadamente, desequilíbrios na distribuição e no acesso, degradação ambiental, escassez dos recursos e alterações climáticas, padrões de produção e consumos não sustentáveis, desperdício alimentar na produção e no consumo. Assim, a definição da Estratégia Alimentar do Funchal, SEMEAR, para além do compromisso assumido pelo Município do Funchal na promoção de mais saúde e qualidade de vida aos seus munícipes, decorre do compromisso assumido pelo Município do Funchal no âmbito do Projeto Food Trails, sendo este um dos principais focos deste projeto. O Food Trails promove a colaboração entre cidades investigadoras de forma a incentivar a partilha



de conhecimento, replicação e desenvolvimento das melhores práticas. O Projeto está enraizado no Pacto de Milão, um acordo internacional de municípios e traduz os compromissos ali assumidos em ações concretas, conducentes a sistemas alimentares urbanos mais resilientes, seguros, justos e diversificados na Europa. O Food Trails financiado pelo Horizonte 20 20, é constituído por um consórcio de 19 parceiros europeus, 11 cidades, 3 universidades e 5 organizações e tem como objetivo capacitar as cidades para reinventar, desenvolver e implementar políticas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivas. O Funchal implementa este projeto em 2020 e conta com parceiros regionais fundamentais como a Universidade da Madeira, através do ISOplexis - Centro em Agricultura Sustentável e Tecnologia Alimentar, as Secretarias Regionais da Saúde, Educação, Agricultura e Pescas, Inclusão e Assuntos Sociais através da ERPASS - Estratégia Regional de Promoção da Alimentação Saudável e Segura, A Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Eleutério de Aguiar, Empresa Plano D - Espaço de Saúde e Mercearia Dietética, a VegMadeira - Associação Vegetariana da Madeira e o Grupo Hoteleiro The Views. Com a Estratégia Alimentar do Funchal SEMEAR, a autarquia pretende promover estilos de vida e alimentação saudáveis, assim como escolhas conscienciosas. Visa-se, assim, com a aludida Estratégia atuar junto da comunidade de forma que adotem no seu dia a dia dietas sustentáveis, saudáveis e nutricionalmente equilibradas, economicamente acessíveis e justas com impacto limitado no ambiente quer através da proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, e contribuindo de igual modo para a segurança alimentar e nutricional, bem como para uma vida saudável das gerações presentes e vindouras."-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, informou que aquela Estratégia Alimentar do Funchal é um excelente documento que deriva de uma parceria que foi candidata, debatida e trabalhada no âmbito do financiamento

do H2O 20. Em vinte e oito de outubro de dois mil e vinte, conseguiram o início do Projeto numa ação no Mercado dos Lavradores. É um Projeto já tem três anos e a sua duração é de quatro anos. Saliu que aqueles projetos são muito importantes, porque, por exemplo, aquela Estratégia Alimentar é até dois mil e vinte e oito, o que permite traçar previsões para a cidade, para o ambiente e, também, para a proteção do Planeta. Depois voltou a lamentar que o executivo não apresente os documentos aos seus munícipes, que por não os receberem não fazem a ideia do que são os mesmos. De seguida perguntou o seguinte: -----

- Em termos de living lab da Penteada, quais são os equipamentos físicos que vão concretizar-se para o mesmo?-----

- Como é que continua a ser feito o trabalho na horta da Penteada e se mantêm os mesmos frequentadores? -----

- Se já notam algum desenvolvimento positivo no âmbito da compostagem doméstica individual, que foi lançada no bairro da Quinta Falcão. -----

- Se para além do trabalho que já se fazia com a Oficina Solidária e o Botão Solidário, há mais alguma entidade que tenham conseguido agregar àquele projeto.-----

- Em relação à cantina e aos bares municipais, aquele projeto conseguiu fazer a ligação da curta circularidade dos produtos?-----

- Qual o ponto de situação do mercado franco? Como é que ficou a questão do equipamento e dos diferentes intervenientes?-----

Concluiu, mostrando satisfação por ver um trabalho transversal importante, pois no âmbito das Cidades Amigas das Crianças, onde trabalharam muito a teoria da mudança, essa foi ali usada.-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal**, elucidou o seguinte: “Esta Estratégia foi apresentada publicamente no Largo da Restauração, no âmbito das Comemorações da

16.
[Handwritten signature]

Semana da Alimentação, no Funchal. Também é importante dizer que a mesma é autónoma do projeto food trails, este é um projeto que decorre do pacto de Milão e o Funchal é uma das 11 cidades que participa no consórcio. Em todo o caso, é importante referir que como qualquer fundo europeu, é necessário nós conseguirmos depois encontrar um projeto autónomo e de autonomização. Neste caso o nosso executivo conseguiu agarrar o projeto como uma ferramenta que foi importante, para de uma forma autónoma nos diferenciarmos enquanto cidade, que foi reconhecido pelos parceiros do consórcio. E dizer-vos que isto foi um compromisso assumido pelo nosso Município também na área da alimentação, mas sobretudo na promoção de mais saúde e de qualidade de vida aos nossos munícipes, com vários objetivos. Foi uma estratégia participada, com vários focus groups, que vão desde os serviços internos da Câmara Municipal do Funchal até às entidades sediadas na nossa sociedade, quer entidades do Governo Regional e IPSS's, como pessoas a nível individual que quiseram colaborar connosco. Se tiverem alguma dúvida, nós criamos um site próprio da nossa Estratégia que está disponível, semear.funchal.pt, aqui podem recolher mais algum tipo de informação, poderão ter acesso ao documento, às linhas estratégicas e essencialmente poderão continuar a dar os vossos contributos para que esta estratégia continue a melhorar no tempo, porque embora tenha sido participada, no fundo é inacabada."-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS**, replicou que colocou seis perguntas ao que a Senhora Vereadora a remete para um site. Por isso, perguntou se o executivo não tem de prestar contas na Assembleia Municipal aos Deputados (as) Municipais? -----

-- Colocado à votação o **Ponto Nove - Deliberação do instrumento estratégico denominado Estratégia Alimentar do Funchal 2024-2028 – SEMEAR, ao abrigo do disposto na al. h) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, foi aprovado por**

unanimidade com trinta e nove votos, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Luís Miguel Moura de Sousa e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas da Coligação Funchal Sempre à Frente.-----

- INTERPELAÇÃO À MESA:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS,** fez um Protesto à Mesa porque a resposta da Senhora Vereadora foi que tivessem ido à sessão de apresentação. Também, naquele dia, não é a primeira vez que o executivo não está a responder aos Deputados Municipais, quando a sua obrigação é fazê-lo. Por isso, sabendo que o Senhor Presidente da Assembleia não pode obrigar o executivo a responder, deve interpelá-lo dizendo que essa é a sua obrigação.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que como Presidente da Mesa não pode cortar a palavra a ninguém, nem deve obrigar ninguém a falar, porque as pessoas são livres e a democracia está naquela sala.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Sacramento Caetano Nunes, do PS,** replicou que o Presidente da Assembleia Municipal não pode obrigar ninguém a falar, mas a sua obrigação é lembrar aquilo que está na Lei. Para além de que observa que o Senhor Presidente nem pergunta à Vereação se quer responder.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que em todos os momentos deu a palavra ao executivo, mas que se eles não dão resposta, não é ele que lhes dirá que têm de responder, pois aqueles sabem os seus papéis. Como tal, irá se reger por documentos próprios e nunca irá tirar a palavra a alguém, porque aquela sala é da democracia e vai continuar a sê-lo seja quando for, onde quiser e como quiser.-----

P
L6.
Jm

De seguida deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira** para apresentar o **Ponto Dez - Proposta de Deliberação da Desafetação de Parcela de Domínio Público, ao abrigo do disposto na al. q) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que disse que a decisão daquele órgão deliberativo é desafetar o uso público do terreno, para integrar o domínio privado da Câmara Municipal do Funchal, conforme o parecer do Departamento de Mobilidade e Infraestruturas, que informa que o mesmo deixou de ter uso rodoviário atendendo a um novo desenho da curva ali existente. -----

--- Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Dez - Proposta de Deliberação da Desafetação de Parcela de Domínio Público, ao abrigo do disposto na al. q) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta votos, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não esteve presente nesta votação o deputado municipal Luís Miguel Moura de Sousa da Coligação Funchal Sempre à Frente. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o **Ponto Onze - Proposta de Deliberação de Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 1º e 2º Grau, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei 49/2012, de 29/08**, que foi prescindido de apresentação. -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, proclamou que irão votar contra aquele ponto, porque não pactuam com um executivo que revela uma total falta de capacidade de diálogo e de entendimento com os seus dirigentes, nomeadamente os diretores de departamento. Pois consideram que o mais importante numa organização é conseguir criar espírito de grupo, valorizar quem trabalha na mesma, motivar e valorizar

talentos e isso é o que não tem acontecido. Logo, aquele é mais um concurso, mais uma nomeação de júri de recrutamento para cargos de gestão intermédia, que, atendendo a tudo o que foi dito e que tem acontecido, consideram escusado.-----

--- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Onze - Proposta de Deliberação de Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 1º e 2º Grau, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei 49/2012, de 29/08**, à votação que foi **aprovado por maioria** com trinta votos a favor, sendo vinte e cinco votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, três votos do BE, um voto do PAN e um voto do PDR. Mereceu ainda dez abstenções sendo oito do PS, uma do MPT e uma da CDU. -----

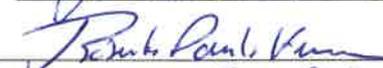
Não esteve presente nesta votação o deputado municipal Luís Miguel Moura de Sousa da Coligação Funchal Sempre à Frente. -----

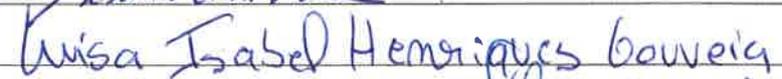
--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada.-----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, 

--- O Primeiro Secretário, 

--- A Segunda Secretária, 

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, 